Reagrupamento Revolucionário

Ano VI | Primeiro semestre de 2016 | Nº08

Por um polo independente da classe trabalhadora

Desafios da atual conjuntura

Março de 2016

A reeleição de Dilma em 2014 foi muito apertada, na realidade foi a eleição presidencial mais apertada que o país teve desde o fim da última ditadura. Ao longo de suas três gestões anteriores, em particular o primeiro mandato de Dilma, o PT sofreu um desgaste muito grande, especialmente entre os extratos médios da sociedade. Ao mesmo tempo, sua base histórica – os trabalhadores organizados do movimento sindical e popular – se distanciaram cada vez mais do partido. A nova base que o manteve no poder nesses últimos anos – os setores altamente precarizados da classe trabalhadora – começou em 2013 a demonstrar crescente descontentamento e se distanciou do PT nas urnas. Sintoma dessa erosão da sua base política, o PT perdeu urnas até mesmo em alguns de seus mais antigos bastiões na periferia paulista e no cordão industrial de SP. O governo também não recebe mais o apoio de setores importantes da burguesia nacional, que exigem um ritmo cada vez mais rápido de medidas contra a classe trabalhadora e o povo para que a conta da recessão caia sobre nós.

Diante de todo o tumulto político do ano passado, Dilma e sua cúpula fizeram o exato oposto do que haviam prometido às massas durante o segundo turno das eleições e aplicaram quase que literalmente o programa de seu adversário, Aécio Neves/PSDB, em uma clara opção pelos interesses da burguesia em detrimento daqueles que depositaram (equivocadamente) sua confiança nela. Essa mostra de "boa fé" chegou até mesmo ao ponto de dar o comando do Ministério da Fazenda (historicamente um posto ocupado por economistas inteiramente alinhados ao suposto "neodesenvolvimentismo" petista) a ninguém menos que um *Chicago boy* seguidor estrito da cartilha neoliberal, Joaquim Levy.

De mãos dadas a Levy, Dilma lançou um verdadeiro rolo compressor sobre os direitos e condições de vida dos trabalhadores, tais como o PL das terceirizações (que cria brechas na CLT), os pesados cortes na saúde e educação públicas e a lei "antiterrorismo". E para os inocentes ou hipócritas que acharam que a culpa era apenas de Levy (como se isso fosse possível), o novo Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa – que reestabelece a ligação histórica da pasta ao ideal "neodesenvolvimentista" – já anunciou um ataque à

previdência para 2016, dentre outros que Dilma planeja.

O acúmulo desses fenômenos ocorre conjuntamente aos efeitos da segunda fase econômica derivada da crise de 2008 (o esgotamento das contas públicas, torradas para salvar empresas falidas ou em dificuldades) e do começo de um novo ciclo de recessão, dessa vez combinado com inflação crescente. Isso abriu uma nova situação política no país, na qual há espaço para a construção de alternativas à hegemonia petista que predominou na última década e meia. Todavia, esse espaço tem sido ocupado até o momento, não por forças da classe trabalhadora organizada, mas por demagogos que parasitam a máquina estatal (como a "Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia" na Câmara) e por uma "nova" direita, que deu as caras ao longo do ano passado.

Esses dois grupos de atores políticos tem conseguido (ao menos até o momento) pautar uma alternativa extremamente conservadora ao petismo. Dentre outras coisas, essas forças demonizam o comunismo e os movimentos sociais (esdruxulamente igualados ao PT) e se apresentam enquanto representantes dos valores "tradicionais" e da "família brasileira" – uma verdadeira *onda conservadora*, como tem sido caracterizada por alguns. Essa tendência começou a ganhar força de verdade no primeiro semestre de 2015, na forma de um "terceiro turno" das referidas eleições apertadas, quando setores da oposição burguesa ao governo se unificaram na convocação de protestos de rua e em um constante ataque público ao PT e à presidência, simbolizado nos esdrúxulos "panelaços" da classe média conservadora ante aparições de Dilma na televisão.

Uma "nova" direita para velhos interesses

O primeiro fenômeno a desafiar a esquerda em 2015 foi a tomada das ruas pela direita. Em março e em abril, centenas de milhares de pessoas foram às ruas nas principais capitais do país em protestos dominicais com camisa verde-amarela, bandeiras do Brasil e outros apetrechos, dançando, fazendo coreografias e tirando "selfies" com PMs. Foi a primeira vez em muitos anos em que a direita foi capaz de tomar as ruas em nosso país, alcançando números significativos em várias cidades, especialmente São Paulo.

Os manifestantes apontavam como principal demanda o "fim da corrupção", que era identificada exclusivamente com o PT (como se Cunha, PSDB, DEM e o restante da corja capitalista não fossem também corruptos). Muitos chamavam também pelo *impeachment* da presidente. Em praticamente todas as capitais, alguns setores dos protestos chamavam por uma "intervenção militar" contra o governo e faziam apologia aberta da ditadura militar brasileira (1964-85). Foram recorrentes as manifestações de ódio ao "comunismo" que supostamente o PT quer introduzir no país, de acordo teorias da conspiração que tem circulado na internet. Em Jundiaí, a sede do PT sofreu uma tentativa de incêndio criminoso. No Rio de Janeiro e em outros lugares, pessoas vestindo camisas vermelhas (mesmo sem qualquer relação com a esquerda) foram hostilizadas.

As grandes redes de comunicação, destacando-se a Rede Globo, cobriram amplamente esses primeiros protestos, com *flashes* ao vivo durante todo o dia, estimulando a população a participar dos atos. Uma postura bem diferente das alcunhas de "vândalos" e "desordeiros" que "atrapalham o trânsito" que geralmente essa emissora usa para qualificar as manifestações dos movimentos sociais e da esquerda. Cobertura semelhante foi dada aos "panelaços", através da reprodução de vídeos amadores e da criação de mapas que mostravam sua ocorrência país afora toda vez que Dilma fazia algum pronunciamento na TV.

Alguns institutos de pesquisa traçaram um perfil dos participantes dessas manifestações de março e abril. O que podemos observar é que se trata de uma maioria branca, de classe média alta. Em São Paulo, 41% ganhavam mais de 10 salários-mínimos (sendo que mais 27% ganhavam entre 5 e 10 salários). Em Porto Alegre, a proporção foi parecida. **[1]** O que isso demonstra é que o público principal desses protestos não foi da classe trabalhadora, embora certamente houvesse muitos trabalhadores iludidos ou reacionários entre os presentes. Mas o caráter dominante foi de pequenos burgueses, burgueses e setores aristocráticos da sociedade, que tem razões sociais distintas para sua insatisfação com o governo Dilma, que nada tem a ver com as dos trabalhadores. Não à toa, pouco se ouviu falar nesses dias sobre os cortes nas áreas sociais, sobre a redução de direitos trabalhistas ou sobre o desemprego. Tais protestos se configuraram como pontos de encontro dos setores mais reacionários da política brasileira. Os principais organizadores foram o Movimento Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre e o grupo "Revoltados Online".

O **Vem Pra Rua** é considerado o mais "moderado" desses grupos direitistas e o que reuniu maiores contingentes ao redor de si durante as manifestações. Seu principal líder é um empresário e sócio de uma grande gestora de fundos de investimento, Rogério Chequer. Ele apoiou Aécio Neves do PSDB nas eleições de 2014 e não escondia sua preferência política pessoal, ao mesmo tempo em que afirmava o caráter "apartidário" do movimento e negava

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Site: rr4i.org
Email: reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Caixa Postal: 50048, RJ, CEP 20050-971

qualquer tipo de financiamento empresarial. Apesar do suposto apartidarismo, o Vem Pra Rua estava claramente alinhado ao PSDB, cuja ala majoritária (representada por Serra, Alckmin e FHC) vinha à época se posicionando contra chamar por um impeachment. **[2] [3]**

Por sua vez, o grupo **"Revoltados Online"** é formado por cerca de 20 colaboradores de uma página nas redes sociais. Eles defendem ardorosamente o impeachment e muitas vezes fizeram postagens a favor da intervenção militar. São propagadores das teorias conspiratórias sobre os planos "comunistas" do PT (ignorando toda a política neoliberal levada adiante por Dilma) e elogiam Jair Bolsonaro, o deputado pró-ditadura e inimigo dos direitos democráticos das mulheres e LGBT. Ademais, venderam kits "anti-Dilma", os quais incluíam (a preços exorbitantes) camisas, adesivos e cornetas – fazendo o grupo parecer mais uma empresa oportunista do que uma organização política. **[2]**

Já o **Movimento Brasil Livre (MBL)** é algo realmente "novo", em certo sentido. Chama atenção em primeiro lugar o fato de suas figuras públicas serem todas pessoas de 20 e poucos anos e de muitas delas não serem defensoras do neoliberalismo "tradicional", mas sim "libertárias" – isto é, contra toda e qualquer forma de intervenção estatal na economia, mesmo que seja para salvar empresas em falência, financiar determinados empreendimentos ou mesmo mitigar a desigualdade social em benefício do capital (cabe lembrar que mesmo Bolsa Família é inspirado nas ideias de "renda mínima" do guru neoliberal Milton Friedman e aprovado pelo FMI). A ala "libertária" do MBL, inspirada nas ideias de Ludwig von Mises – representante da chamada "Escola Austríaca" – defende um utópico capitalismo sem Estado (alguns chegam ao extremo de se reivindicarem "anarcocapitalistas"). Agem como se o Estado fosse um ente autônomo que caiu do céu e acabou com o capitalismo livre concorrencial, e não um instrumento do capital desde suas origens, sendo sua atual "interferência" na economia algo feito para e pelos grandes monopólios surgidos da dinâmica de crises sistêmicas do capitalismo. **[2][4]**

Nesse sentido, se o neoliberalismo é o programa do grande capital para a atual etapa da decadência imperialista, o "libertarianismo" é a utópica resposta dos setores inferiores do empresariado, especialmente os "empreendedores" à constante ameaça de serem tirados de jogo por competidores que tem amplos recursos estatais a seu dispor. Todavia, apesar de soar "nova", essa direita aglutinada no MBL foi gestada por atores sociais cujos interesses são muito velhos. Seus líderes são ligados a grupos de elaboração estratégica da direita (*think tanks*),

O MBL, Revoltados Online e Vem Pra Rua, grupos que tomaram a frente das manifestações da direita, são ligados a fundações empresariais, partidos da ordem e/ou pequenos empresários.

como o Instituto Liberal e Estudantes pela Liberdade, e estes são todos financiados por centros da direita americana, por sua vez mantidos com vultuosos recursos de grandes empresas. Como foi demonstrado no apoio da FIESP às manifestações de março e abril, até mesmo esses jovens utópicos com instintos reacionários podem servir como peões no tabuleiro do grande capital. **[2] [4]**

Graças às manifestações puxadas por esses grupos, durante certo momento do ano passado a oposição burguesa ao governo do PT teve uma chance real de conseguir colocá-lo em xeque. Todavia, as divisões internas fizeram com que ela perdesse tal chance, especialmente por conta da ala majoritária do PSDB ter preferido esperar até o pleito de 2018, para enfrentar nas urnas um PT enfraquecido. Nas palavras de Aloysio Nunes, senador do PSDB, o plano é fazer o partido da situação "sangrar" até as próximas eleições nacionais **[4]**. Não obstante a falta de firmeza em relação ao impeachment nessa época, as manifestações – somadas à falta de popularidade do PT e seu isolamento na Câmara – fizeram com que Dilma cedesse ainda mais aos interesses do grande capital, em detrimento dos trabalhadores.

Mas, ainda que o PSDB tenha preferido usar as ruas como mero instrumento de pressão para sua política feita por dentro da "institucionalidade", parte dos grupos que organizaram as manifestações seguem firmes em seu desejo de ver Dilma cair, e seguem convocando protestos de tempos em tempos. Estes têm estado menores, agora que perderam o apoio direto de setores do grande capital e de seus representantes políticos, todos apostando nas brigas palacianas, especialmente depois que o pedido de impeachment contra Dilma foi aceito pelo legislativo.

Boicotar e denunciar as manifestações direitistas

Após o fracasso daquelas convocadas no segundo semestre de 2015, o MLB, Vem Pra Rua etc. fizeram uma igualmente fracassada manifestação nacional em Brasília e estão desde então acampados no Planalto Central, com números irrisórios, sendo que seus representantes públicos e ideólogos tem se engalfinhado em polêmicas cada vez mais agudas **[5]**. Esse quadro só começou a mudar agora no começo de março, com a nova instabilidade criada pelo fechamento do cerco da Operação Lava Jato sobre Dilma e Lula, tendo a manifestação do dia 13 superado um pouco os números daquela de 15 março de 2015. É provável que novas manifestações continuem sendo convocadas como forma de pressionar pelo impeachment.

Em primeiro lugar, é necessário ***denunciar como direitistas e incentivar os trabalhadores a boicotar essas manifestações***. Por mais óbvio que possa parecer, é preciso dizer que essas manifestações não são "movimentos de massas" com demandas populares, mas marchas articuladas pela direita, cujo objetivo último é aprofundar a onda de ataques contra a classe trabalhadora. Apesar da aparente obviedade disso, alguns grupos da esquerda – o **MNN / Território Livre,** o **MRS (Movimento Revolucionário**

Socialista) e os maoístas organizados em torno do jornal **A Nova Democracia**, foram nas primeiras manifestações, de maior volume, e consideraram-nas lutas legítimas contra o governo Dilma. Agora em 2016, apenas o MRS continua a insistir em tal tática, ao passo que os demais a tem evitado. **[6]**

Essas posições absurdas, que não se importam em estabelecer uma "frente única" com direita contra o governo, devem ser repudiadas. Tomando as bases, as lideranças e o programa dessas manifestações, elas representam interesses completamente alheios e, de fato, opostos aos da classe trabalhadora e é uma ilusão fatal achar que é possível disputá-las. É inclusive surpreendente que os membros dessas organizações não tenham sido linchados, uma vez que uma simples camiseta vermelha muitas vezes já era suficiente para despertar a fúria dos mais fanáticos direitistas. Não à toa, esses "revolucionários" omitiram qualquer referência ao comunismo em seus materiais e vestimentas ao engrossarem as fileiras de tais manifestações.

A disputa intraburguesa muda de terreno: o impeachment

Foi também nessa situação de instabilidade que emergiu a figura de Eduardo Cunha na Presidência na Câmara, um demagogo membro da Bancada Evangélica, perito em manobras estatutárias e aliado aos sanguessugas descontentes da Câmara. Se aproveitando de seu poder momentâneo, Cunha e seus aliados da "Bancada BBB" encaminharam uma série de projetos que foram devidamente chamados de "pauta conservadora". Dentre tais projetos, que incluíam um "Estatuto da Família" (contra a definição de casais homoafetivos como família), um "Estatuto do Desarmamento", um "Dia do Orgulho Hétero" e um em particular que gerou forte reação, o de restringir o uso de contraceptivos abortivos por mulheres vítimas de estupro. Este último, encaminhado já em um momento de fragilidade de Cunha, por ter sido exposto na Operação Lava Jato, foi respondido com numerosas passeatas e atos públicos em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, protagonizadas por mulheres que gritavam "Fica pílula, fora Cunha!".

Por conta de toda a polarização do primeiro semestre e da enorme instabilidade política criada, o impeachment acabou entrando em pauta no segundo semestre de 2015 e acabou por ter o seu encaminhamento aprovado em dezembro. Isso ocorreu não só por conta de manobras dos adversários de Dilma na Câmara, mas também porque importantes setores empresariais, incluindo aí muitos aliados do governo, cansaram de lidar com uma bolsa volátil e com o risco de terem seus executivos citados nos autos da Lava Jato (como ocorreu com algumas das principais empresas e bancos do país, cujos presidentes foram parar na cadeia) e resolveram apostar em uma solução rápida para "por ordem na casa".

As manifestações da oposição de direita tem reunido o que há de mais reacionário no país, como defensores da ditadura militar, integralistas, monarquistas e neonazistas

Dilma e o PT passaram a jogar o jogo palaciano de Cunha e inicialmente brecaram o processo de impeachment utilizando de trocas de favores com Ministros do STF e jogando no ventilador a corrupção do próprio Cunha por meio de alguns aliados do governo que estavam a "abrir o bico" nas delações premiadas da Lava Jato. A única interação do PT com as ruas nesse contexto em que se encontrava com a corda no pescoço foi a utilização da CUT e do MST para formarem frentes amplas com o objetivo de se blindar dos ataques que vinha sofrendo (e também gestar uma alternativa eleitoral viável para 2018), tais como as Frentes "Brasil Popular" e "Povo Sem Medo" – que, hipocritamente, fizeram críticas mais ou menos duras ao ajuste fiscal na forma de um "Fora Levy", mas que ignorava por completo a responsabilidade de Dilma no mesmo.

A Operação Lava Jato é um fator importante a ser considerado, especialmente porque o atual retorno do impeachment à pauta da Câmara se deu na esteira da recente delação do senador petista Delcídio Amaral, implicando Dilma e Lula. Aos poucos está ficando claro quais são os interesses político-econômicos que movem o juiz Sérgio Moro e Cia. **[7]**. É fato que a dinâmica de prisões com base em denúncias, que leva os presos a realizarem novas denúncias, e assim por diante, está jogando no ventilador toda a podridão do meio empresarial e político brasileiro. Porém, a mídia corporativa está trabalhando duro para preservar seus "protegidos" do PSDB, igualmente envolvidos na sujeirada, enquanto usam a investigação para reforçar seu ataque contra o governo e o PT.

Como se pode ver por essa breve síntese do que foi 2015 e o começo deste ano, os desafios que surgiram para a esquerda não foram poucos – e muitas deles seguem em aberto. Houve muita confusão quando a direita conseguiu mobilizar nas ruas contingentes consideráveis até abril; sobre a forma de como reagir ao ajuste fiscal promovido por Dilma/Levy em um contexto no qual o PT estava sob pesado ataque da mídia e risco real de perder o Planalto Central; e às frentes amplas criadas pelos governistas para se blindar nas ruas. No presente momento, a confusão

segue em relação ao impeachment e, especialmente, ao ajuste fiscal. Sem uma resposta correta a essas questões, é impossível que a classe trabalhadora consiga se apresentar enquanto a necessária alternativa à onda conservadora e aos ataques do governo.

Qual deve ser a tática da classe trabalhadora?

Enquanto luta contra o avanço da "onda conservadora" de ataques aos direitos, é imprescindível que não haja ***nenhuma capitulação ao governo***. Dilma nada está fazendo para frear o crescimento dos movimentos conservadores. Lembremos que depois das manifestações de março, ela ofereceu "dialogar" com os organizadores e acatou os desejos do grande capital via o "ajuste" de Levy. Está de mãos atadas por suas alianças com políticos e partidos conservadores para administrar o Estado burguês. Seu recente acordo com a cúpula tucana para abrir o pré-sal aos capitais imperialistas e a sanção da "Lei Antiterrorista" deixa claro que ela fará ataques cada vez maiores aos trabalhadores como forma de ganhar tempo junto a seus adversários.

Em outras palavras, embora estejam sendo visados pela grande imprensa e pela oposição direitista, o governo é parte e cúmplice da "onda conservadora", pois está realizando todas as medidas demandadas pelo grande capital. Por conta disso, as frentes "**BrasilPopular**" e "**Povo Sem Medo**", criadas em resposta ao ascenso da direita e que supostamente estão em luta contra o "ajuste fiscal", não passam de uma tentativa de salvar o mesmo nesse momento de instabilidade. Consequentemente, cooperam indiretamente com seus ataques contra os explorados e oprimidos do país.

O mesmo papel lamentável de blindar o governo vem cumprindo o **PCO**, organização que suja o nome do trotskismo com sua colaboração de classes governista, conforme já denunciamos em *Da histeria golpista à Copa do Mundo. As capitulações do PCO ao governismo* (julho de 2014). Esse partido vem escondendo quaisquer críticas ao governo e só fala da "luta contra o golpe", participando e elogiando entusiasticamente cada manifestação governista pró-Dilma.

Sem fazer coro com enorme histeria criada pelos governistas e seus ajudantes, como se estivesse em curso uma derrubada do governo à lá golpe de 64, cabe apontar que partidos e tendências reacionárias de todo tipo vem ganhando fôlego. O fascismo, por exemplo, vem de fato crescendo no país. Um novo partido neonazista foi fundado no Brasil no final do ano passado. Apesar do evento de seu lançamento, unindo diversos grupos extremistas (como os conhecidos "Carecas de SP") ter sido cancelado em cima da hora, por temor de uma reação organizada da esquerda, ele já possui site e vem organizando diretórios regionais. **[8]** O sentimento anticomunista (associado cretinamente ao governo neoliberal do PT) cresceu muito na sociedade no último período, principalmente devido ao trabalho dos direitistas nas redes sociais.

O movimento dos trabalhadores e as organizações de luta contra as opressões devem estar atentos e ter unidade de ação para combater quaisquer agressões ou ameaças que se coloquem em seu caminho. Seja por parte de grupos fascistas – que ainda são uma pequena minoria, mas que vem surfando com certo sucesso na onda do crescente conservadorismo, seja por parte da "nova" velha direita do MLB/Vem Pra Rua/Revoltados Online, cujos membros já protagonizaram mais de um episódio de violência contra membros dos movimentos sociais. Nossa resposta a esse lixo deve ser dada nas ruas, denunciando seu pensamento rasteiro e as suas verdadeiras intenções de servir ao grande capital, do qual são tropas de choque, bem como se preparando para responder concretamente à sua violência com todo vigor sempre que necessário.

Além disso, está claro que devemos ***rejeitar e denunciar esse impeachment e demais manobras da oposição de direita***. Dilma merece ser julgada por seus crimes contra a classe trabalhadora, como os cortes de direitos e a cumplicidade com a repressão, a continuidade da entrega das riquezas do país ao imperialismo etc. O mesmo vale para Lula. Mas só quem pode fazer isso é a luta da classe trabalhadora, para barrar e reverter as medidas do governo e confrontá-lo diretamente. O impeachment, por outro lado, é uma manobra da oposição PSDB/DEM e de setores do PMDB que querem assumir eles próprios o governo. Esses senhores querem capitalizar a crise do PT e de Dilma para seu próprio benefício. Uma queda de Dilma por essa via não beneficia os trabalhadores e, nesse caso, não mudaria a onda de ataques, mas ao contrário, a intensificaria. Nós do **Reagrupamento Revolucionário** nos opomos ao impeachment não por capitulação ao PT, mas sim por reconhecermos esse processo como uma cortina de fumaça da oposição de direita para se aproveitar da insatisfação da população, angustiada e cansada pelos ataques que vem sofrendo por parte da burguesia e do governo.

O elemento essencial para que a classe trabalhadora enfrente a atual conjuntura com sucesso é a ***formação de um polo independente da oposição de direita e do governo***, que unifique as várias lutas em curso (abrindo sempre novas frentes) em torno dos eixos:***Contra os ataques do governo e seu "ajuste fiscal"! Nenhum corte de verbas dos serviços públicos, retirada de direitos ou demissões! Contra a criminalização dos movimentos sociais da Lei antiterrorismo! Que os patrões paguem pela crise! Contra a oposição de direita e sua manobra hipócrita de impeachment!*** Essa deve ser uma frente de unidade nas lutas, baseada nessas posições fundamentais para os trabalhadores no atual momento. Ao mesmo tempo, dever permitir a todos os grupos e partidos da classe trabalhadora que queiram participar uma ampla liberdade de discussão e crítica.

Os governistas negam a existência de uma situação de crise econômica (mais precisamente, de recessão – que será aprofundada com a política de ajuste fiscal de Dilma), alegando que tudo não passa de "complô da oposição" e "invenção da mídia", e se usam da "onda conservadora"

para tentar angariar apoio popular ao governo. Por outro lado, há setores na esquerda que negam o crescimento do conservadorismo por encararem que admitir isso implicaria defender Dilma politicamente. A formação de um polo independe como o que estamos defendendo precisa se opor firmemente a esse tipo de "posição automática".

No primeiro semestre do ano passado chegaram a ocorrer algumas manifestações em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, chamadas por partidos de esquerda e a CSP-Conlutas, que constituíram experiências embrionárias independentes do governo e da oposição de direita, mas as frentes de colaboração de classes criadas pelos governistas através da CUT e do MST deram cabo das mesmas, ao conseguir recrutar importantes setores que as compuseram, tais como boa parte das correntes do PSOL e o MTST, como discutiremos a seguir. A luta contra a direita e o governismo ganhou novo fôlego com a belíssima luta protagonizada pelas mulheres contra Cunha, no segundo semestre de 2015, mas segue aberta a tarefa de formação de um polo de independência de classe e combativo.

Obstáculos e desvios colocados por duas posições na esquerda: PSOL e PSTU

Desde outubro do ano passado, o PSOL e a maior parte de suas correntes têm participado da **Frente Povo Sem Medo**, incluindo aí alguns grupos que se reivindicam trotskistas, como **Insurgência, o MES e a LSR [9]**. Essa frente diz ter como objetivo a defesa da classe trabalhadora contra o ajuste fiscal:

> "O 'ajuste fiscal' do governo federal diminui investimentos sociais e ataca direitos dos trabalhadores. Os cortes na educação pública, o arrocho no salário dos servidores, a suspensão dos concursos são parte dessa política. Ao mesmo tempo, medidas presentes na Agenda Brasil, como aumento da idade de aposentadoria e ataques aos de direitos e à regulação ambiental também representam enormes retrocessos. Enquanto isso, o 1% dos ricos não foram chamados à responsabilidade. Suas riquezas e seus patrimônios seguem sem nenhuma taxação progressiva. O povo está pagando a conta da crise."
> *Frente Povo Sem Medo será lançada nessa quinta em SP*, 5 de outubro de 2015. Disponível em: http://tinyurl.com/hx6tcpk.

Porém, não pode ser ignorado que essa Frente é composta em sua maioria por organizações que fazem parte do governo que está realizando todos esses ataques contra a classe trabalhadora: PT, PCdoB, CUT, UNE, entre outros, e se usam da mesma para blindar Dilma. Atacam o "ajuste fiscal" apresentando-o como obra do capital financeiro, mas suas críticas a Dilma são simbólicas, isso quando aparecem. A "onda conservadora" é apresentada como um fenômeno que não tem a ver diretamente com o governo. Essas organizações nunca explicam porque seguem sendo base de apoio a Dilma. A própria formação da Frente foi uma tática sua para tentar se reinserir no movimento, do qual estiveram ausentes, e lutar contra os projetos da bancada conservadora no legislativo sem encostar no governo, fazendo uma crítica "comportada" ao mesmo, na melhor das hipóteses. Vejamos, por exemplo, a convocatória para manifestações que estão sendo chamadas para o dia 31 de março:

> "Os eixos da mobilização unitária são os seguintes: Contra a Reforma da Previdência; Não ao Ajuste Fiscal e cortes nos gastos sociais; Em defesa do Emprego e dos Direitos dos Trabalhadores; Fora Cunha; Contra o Impeachment."
> ***Nota sobre a mobilização nacional de 31/3*, 16 de fevereiro de 2016. Disponível em http://tinyurl.com/jpqyck6.**

Esse chamado é assinado pela Frente Povo sem Medo e pela Frente Brasil Popular e não é atípico do seu conteúdo de nenhuma denúncia ao governo. Portanto, o papel que cumpre essa Frente Povo sem Medo, assim como a Frente Brasil Popular, é de ser um *obstáculo*para a conformação de uma frente de luta efetiva e combativa da classe trabalhadora contra o conservadorismo e também os ataques do governo. Ao se atrelar à "ala esquerda" de um dos campos burgueses em disputa, o PSOL enfraquece a perspectiva de derrotar os ataques, que só pode ser vitoriosa travando uma verdadeira guerra de classe contra ambos governo e os direitistas pró-impeachment. A Frente é contra o impeachment, mas não fala uma palavra do governo em 90% das ocasiões. Quando o faz, é com um tom ameno.

Um militante honesto do PSOL poderia argumentar que a participação do partido seria uma tática para rachar a base do governo, chamando isso de "frente única". A frente única conforme defendida pela Internacional Comunista em sua época revolucionária é uma unidade de ação em torno de bandeiras de interesse comum para os trabalhadores, na qual os partidos revolucionários poderiam mostrar também a superioridade do seu programa e ganhar os trabalhadores para o mesmo. De fato, o PT e o PCdoB ainda possuem influência sobre uma base que esperamos um dia que sejam ganhos para a revolução. Mas mesmo que essa frente pudesse articular uma luta combativa contra o ajuste fiscal, o que não vai acontecer, o PSOL deveria travar uma batalha encarniçada contra os governistas, denunciando o uso que eles querem fazer da mesma. Mais uma vez, isso não ocorre. O problema com essa suposta "tática" do PSOL é que em suas declarações sobre a Frente Povo sem Medo, ele deixa de lado todas as críticas aos governistas para manter a unidade. Vejamos, como exemplo, a sua nota sobre o lançamento da Frente em São Paulo.

> "Diversas entidades e movimentos sociais convidam para o lançamento da Frente Povo Sem Medo, nesta quinta-feira (…). Uma frente política que propõe saídas à esquerda para a crise brasileira, contra qualquer ataque aos direitos dos trabalhadores, seja do governo federal, seja de sua oposição de direita. O PSOL soltou uma resolução nacional nesta semana chamando sua militância a se incorporar a esta

frente, inclusive diversos de nossos parlamentares são signatários de sua carta convocatória." ***Carta Convocatória de lançamento da Frente Povo sem Medo*, 7 de outubro de 2015 Disponível em: http://tinyurl.com/hd5fly5**

Em seguida é reproduzida a carta de lançamento da Frente, no tom que já explicamos. Mas em nenhum momento dessa convocatória do PSOL existe uma crítica ao PT, PCdoB, CUT, UNE etc. etc. Será que a frente propõe mesmo "saídas à esquerda" para a crise? Esses governistas querem, de fato, uma transformação do país? Sustentar isso seria demais até para o PSOL. Em outros artigos, sobre a difusão da Frente pelos estados ou no lançamento da mesma no Maranhão, a mesma coisa acontece. Nem mesmo uma linha sobre os "aliados" do PSOL nessa Frente **[10]**. Com isso, o que o PSOL está fazendo não é direcionar essa Frente para lutar contra o governo e os governistas, até porque isso não seria aceito pelos mesmos.

O PSOL está é se adaptando à posição dessas forças. Quando o objetivo comum é blindar um governo burguês e os seus apoiadores de críticas sobre os crimes cometidos contra a classe trabalhadora, o nome disso não é "frente única", mas oportunismo. Esse oportunismo tem raiz na falsa crença de que Dilma e o PT são um "mal menor" que deve ser apoiado em relação à oposição de direita, posição defendida pela direção do PSOL e muitas de suas figuras públicas, como Jean Wyllys e Marcelo Freixo, que também chamaram a votar por Dilma no segundo turno das últimas eleições, dizendo que ela defendia "direitos humanos" e das minorias **[11]**.

O governo composto pelo PT foi a ponta de lança dos ataques contra a nossa classe. Nesse momento em que grande parte dos trabalhadores passa a nada esperar do PT, um partido revolucionário teria terreno fértil para erguer, do cemitério do programa governista de conciliação com a burguesia, uma alternativa classista para a solução dos problemas do proletariado. Ao invés disso, os líderes do PSOL optam por ajudar a blindar um inimigo da classe trabalhadora que é esse governo, ao dar cobertura pela esquerda na Frente Povo sem Medo. Apesar da direção do MTST (principal componente da Frente) parecer ter enfim se dado conta do beco sem saída dessa política conciliatória, anunciando recentemente (7 de março) que passará a fazer firme oposição ao governo Dilma e que mobilizará sua base em uma jornada de lutas, tudo indica que essa Frente (da qual o MTST não se retirou) continuará blindando Dilma. Por isso chamamos o PSOL e todos os seus militantes a romper com a mesma, que só pode atrapalhar a organização da classe trabalhadora para lutar contra o ajuste fiscal.

Facebook PSTU SJCampos

O PSTU tem mobilizado seus bastiões sindicais em diminutas marchas pelo "Fora Todos". Nesses mesmos bastiões, não se viu entusiasmo semelhante para lutar contra demissões massivas...

O **PSTU** tem uma posição distinta. Eles também têm criticado a presença do PSOL nessa Frente com o governismo e chamado, corretamente, pela composição de um polo da classe trabalhadora em oposição ao governo e à direita:

> "Os trabalhadores e a maioria do povo não devem apoiar Dilma, nem apoiar Cunha-Aécio, que defendem que governe Michel Temer ou Aécio Neves com esse Congresso. A classe trabalhadora e a juventude precisam ir à luta em defesa das suas reivindicações e contra todos eles. É através da mobilização para botar todos eles para fora, em defesa das nossas reivindicações e contra o ajuste fiscal que todos eles defendem, que podemos construir uma alternativa dos de baixo para governar o país." ***Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles!*, 3 de dezembro de 2015. Disponível em http://tinyurl.com/z5zwnb2.**

Porém, estamos em desacordo com a posição do PSTU em dois níveis. O primeiro é que a proposta do PSTU para a investida contra os inimigos da classe trabalhadora está em torno do chamado por "eleições gerais":

> "De imediato, se ainda não temos uma organização dos trabalhadores e do povo pobre apoiada nas suas lutas para governar, que é o caminho que pode garantir mudança de verdade, então que se convoquem novas eleições gerais no país, para presidência da República, senadores, deputados federais e governadores. Que o povo possa trocar todo mundo, se quiser. O que não dá para aceitar é que qualquer um desses que estão aí hoje governem." ***Idem.***

Acreditamos, como o PSTU sustenta, na necessidade de um governo de trabalhadores baseado em nossas organizações de luta e estabelecido por uma revolução para resolver a crise econômica e as desigualdades e absurdos desse país. Mas enquanto uma revolução não é sentida pelos trabalhadores brasileiros como uma necessidade e o socialismo está distante do seu horizonte de expectativas, existe uma ampla insatisfação com o "ajuste fiscal", o qual é defendido por todos os partidos da burguesia. Um movimento de trabalhadores independente de todas as frações burguesas para combater esse ajuste e os cortes do governo é uma perspectiva viável e que prepararia nossa classe para começar a agir como uma "classe para si", ou seja, na defesa combativa de seus próprios interesses.

A proposta do PSTU por eleições gerais, porém, vai

na contramão de ambas perspectivas. A tática de unidade na luta contra o ajuste e os cortes de direitos avança para uma ação independente dos trabalhadores. Já querer eleições gerais como um objetivo para o atual período de instabilidade só serviria para desviar as expectativas do proletariado para o pântano lamacento da falsa democracia dos ricos, ainda que os pivôs dos escândalos de corrupção não participassem, como o PSTU defendeu em outras declarações. A burguesia nunca tem dificuldades em repor seus fantoches e homens fortes. Nesse sentido, é também equivocada, e cumpre igualmente papel de desvio, a linha assumida pelo **MRT/Esquerda Diário**, de chamar por uma Assembleia Constituinte **[12]** – uma linha recorrente desse grupo, à qual futuramente dedicaremos uma polêmica à parte.

Qualquer partido revolucionário deveria saber que as eleições burguesas são nada mais que um jogo de cartas marcadas, e que a burguesia só financia e divulga maciçamente aquelas campanhas dispostas a defender os seus interesses. Além disso, os trabalhadores não podem decidir, nas eleições, sobre as questões que realmente afetam as suas vidas, nem a forma como seu local de trabalho será gerido, nem quem pagará pela crise econômica, nem sobre leis cortando seus direitos, por exemplo. As eleições não passam de uma oportunidade que o proletariado tem para escolher os seus carrascos.

Marxistas normalmente chamam por eleições gerais em casos quando estas se contrapõem a uma ditadura que reprime todas as formas de liberdades democráticas burguesas. Nesses casos, o chamado por eleições serve para desmascarar regimes ditatoriais e representa a abertura de um espaço político para agitação revolucionária. Especialmente quando a população tem expectativas de que as coisas seriam drasticamente diferentes em uma democracia. Mas no atual cenário brasileiro, a população e os trabalhadores em especial sentem profundo desdém e não acreditam no sistema eleitoral burguês.

Os revolucionários podem continuar usando, em momentos de calmaria, os períodos eleitorais para denunciar a farsa que as eleições representam. Mas de forma alguma é aceitável apresentar a proposta de um novo processo eleitoral nesse momento, quando o que a conjuntura exige é uma luta incansável contra os ataques do governo e da direita. Um processo eleitoral no meio das lutas serviria somente para desviar as atenções, seria um caminho para longe dos esforços pela construção imediata de um polo classista. Sem contar que as eleições gerais que se seguiriam à queda da presidente, seriam provavelmente ganhas pela oposição de direita. De que forma isso ajudaria a barrar os ataques da burguesia contra nossa classe? É uma pergunta difícil de responder mesmo para o PSTU.

Outro aspecto da posição do PSTU com qual temos desacordo ainda não é, até o momento, tão concreto. É a sua tendência a flertar com as investidas contra o governo Dilma mesmo se partirem da oposição de direita. A LIT, organização internacional da qual o PSTU faz parte, tem mantido de forma consistente a linha de enxergar qualquer movimentação de massas contra o governo da vez como algo progressivo, sem considerar o caráter de classe que está à frente do movimento de oposição e quais forças efetivamente dirigem a derrubada do governo da vez. Fizeram isso na Líbia, ao não ter nenhum pudor de reivindicar uma unidade de ação com a OTAN para derrubar o ditador Kaddafi; na Síria, ao apoiar os reacionários rebeldes do Exército Livre da Síria, de programa burguês pró-imperialista, como uma alternativa ao tirano Assad; na Ucrânia, ao chamar de "revolução" e apoiar o levante do EuroMaidan, dirigido pela direita pró-União Europeia; no Egito, ao sustentar que o golpe militar que derrubou o ex-presidente da Irmandade Muçulmana foi uma "revolução vitoriosa". **[13]** Essa é a mesma tendência que permitiu à corrente internacional do PSTU enxergar a queda da URSS e demais Estados operários burocratizados europeus no começo dos anos 1990 como uma "vitória histórica dos trabalhadores" **[14]**.

Tal tendência não foi, por ora, levada até esses extremos. O PSTU tem rejeitado abertamente se somar aos atos organizados pelos opositores de direita e não apoia o impeachment, embora dificilmente o partido se pronuncie ***contra*** este processo. Ao longo dos meses, disse que "não o propõe": *"O PSTU não está propondo impeachment da presidenta Dilma. Não queremos colocar nas mãos deste Congresso Nacional, corrupto e controlado pelo poder econômico, a solução da crise vivida pelo país"* (*Quem faz o jogo da direita,* 28 de julho de 2015). Ou então que um impeachment "não basta": *"Por isso dizemos que não basta tirar a Dilma. É necessário colocar para fora também toda essa corja do PMDB e do PSDB, começando pelo picareta maior do Eduardo Cunha, Temer, Aécio Neves e esse Congresso…".* (*Nota da Direção Nacional do* PSTU, 3 de dezembro de 2015).

A ideia de que o impeachment "não basta" ou "não resolve nossos problemas" (como também foi expressa) está diretamente relacionada à palavra de ordem de *"Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles!"* defendida pelo PSTU. Idealmente, somos a favor de um "fora todos" no sentido de que queremos tirar do poder todos os representantes da burguesia. Porém, defender essa demanda na atual conjuntura, em que a única possibilidade concreta é que o "Fora Dilma" leve a um governo do PMDB-PSDB, não é advogar a causa do proletariado, mas ser indiferente quanto às conclusões a que a concretização dessa demanda poderia levar. Isso seria diferente se a ameaça pairando sobre Dilma fosse a do movimento da classe trabalhadora, é claro.

Não é à toa, porém, que foi quando a perspectiva do impeachment se tornou concreta que o PSTU passou a defender tal demanda. Mais seriamente, em certa ocasião um dos principais dirigentes do PSTU apoiou (no seu perfil nas redes sociais) um "panelaço" da classe média conservadora contra os pronunciamentos de Dilma, dizendo que era "perfeitamente merecido":

> PANELAÇO NA DILMA E NO PT! MAS PANELAÇO TAMBÉM NO AÉCIO E NO PSDB!

PANELAÇO NESTA CORJA TODA!

"Inacreditável a cara de pau da direção do PT no programa que acaba de ir ao ar na TV. Mostram um país que só existe no conto da carochinha dos dirigentes deste partido e seu governo. E acham que enganam alguém com isso. Perfeitamente merecido o panelaço que se ouviu por todo lado durante o programa. Mas panelaço não pode ser só no PT e na Dilma, não. Tem de ser também no Aécio e no PSDB, no Temer e Eduardo Cunha do PMDB, tem de ser panelaço neles todos. Eles estão unidos para atacar os direitos dos trabalhadores e para defender o lucro dos bancos".

Zé Maria, 6 de agosto de 2015. Disponível em http://tinyurl.com/gv4w4j3.

Os revolucionários não se opõem ao impeachment por considerar o PT uma organização operária ou seu governo com sendo de esquerda. Não, sabemos que são um partido e um governo dos patrões, que merecem a cova, junto com os tucanos e o restante da direita. Mas o algoz do PT não deve ser um impeachment e nem os tribunais controlados pela direita, mas sim a classe trabalhadora organizada. Portanto, denunciamos e nos opomos firmemente à hipocrisia do impeachment do PSDB-PMDB como uma tentativa de angariar os frutos do desgaste do governo. O chamado por um *"Fora Dilma! Fora Todos!"* defendido pelo PSTU – e também pela **CST** (PSOL) **[15]** – não prioriza a perspectiva de derrotar o governo Dilma e suas políticas antioperárias, mas sim a sua retirada ou saída do poder, sem que o movimento da classe trabalhadora esteja pronto, nesse momento, para se beneficiar disso e quando só a oposição de direita pode fazê-lo. Reafirmamos que somente a formação de um polo proletário independente tanto da oposição direitista quando do governo Dilma oferece a perspectiva de derrotar esses dois algozes.

O cerco sobre Lula e as falsas expectativas na Operação Lava Jato

Com o vazamento da suposta delação do senador petista Delcídio Amaral pela revista *Isto É*, no último dia 3 de março, a situação de Dilma se tornou ainda mais instável e o ex-presidente Lula foi posto no olho do furacão. Lula, a atual aposta do PT para as eleições de 2018, foi levado a depor coercitivamente pela Polícia Federal no dia 4 de março e teve prisão preventiva solicitada pelo Ministério Público de São Paulo. Apesar das acusações contra ele e Dilma não estarem confirmadas, a oposição de direita e setores do PMDB voltaram a bradar pelo impeachment e a convocação para a manifestação que organizam para o dia 13 de março ganhou muito mais fôlego. Ante essa situação, de novos atos de rua convocados pela oposição de direita e por grupos da "nova" direita, reforçamos aquilo que dissemos em relação às manifestações do início de 2015. O mesmo vale para nosso posicionamento em relação ao impeachment contra Dilma.

Porém, a reposta dada ao evento por setores da esquerda reforçam nossas críticas a esses partidos e grupos. A direção da CSP-Conlutas, hegemonizada pelo PSTU, emitiu uma nota em que não questiona a arbitrariedade e as intenções de Moro e da Polícia Federal e demandou que também Cunha, Aécio e Cia. fossem investigados:

"Assim, não podemos cair no discurso que essa ação [a investigação sobre Lula] é um 'golpe da direita', precisamos exigir que as investigações avancem e cheguem a todos os políticos corruptos e às empresas corruptoras. É dessa forma que vamos virar esse jogo para o lado dos trabalhadores."

***Não basta avançar na investigação sobre Lula, é preciso apurar também as falcatruas do PSDB, PMDB, DEM e outros partidos de direita!*, 12 de março de 2016. Disponível em http://tinyurl.com/zu82883.**

Qualquer um pode ver que essa ação faz parte da sórdida investida da oposição de direita contra o PT, além do que cruza a própria legalidade de investigações criminais. Aqui, a direção da CSP-Conlutas parece confiar na Lava Jato (que não é criticada em nenhum momento do artigo) para investigar todos os outros partidos da burguesia. Quaisquer que sejam os interesses "justiceiros" de Moro e da Lava Jato, a condução das operações está prestando auxílio às intenções dos setores da oposição de direita para criar instabilidade. Um partido revolucionário não deveria delegar à polícia e à justiça dos patrões a tarefa de realizar a limpeza dos corruptos, pois é evidente que isso não acontecerá. Como a própria nota da CSP-Conlutas afirma, "a burguesia protege os seus". Não há motivo, portanto, para crer que a continuidade de investigações da Lava Jato irá "virar esse jogo para o lado dos trabalhadores". Como afirmamos, esta é uma manifestação da tendência de não diferenciar os golpes sofridos pelo governo e PT por parte da classe trabalhadora daqueles que vêm, ou acabam sendo instrumentalizados, pela oposição de direita.

O PSOL também está dando apoio à continuidade das investigações. O site do partido afirmou que *"Apoiamos o aprofundamento das investigações, na expectativa de que sejam levadas até o fim, sem qualquer diferenciação entre os acusados, tendo prerrogativa de foro ou não."* **[16]** Essa "expectativa" é uma ilusão séria. A Lava Jato já demonstrou que não vai se colocar a serviço de uma investigação da casta política ou do meio empresarial de forma imparcial. Não será "levada até o fim" pois a Justiça burguesa não pode fazê-lo.

A CST/PSOL emitiu nota de teor semelhante, em que demanda o aprofundamento das investigações e diz que *"Lula e Dilma devem ser investigados e punidos!"* **[17]** Mas por quem? Nós do **Reagrupamento Revolucionário** encaramos que Lula, Dilma, Aécio, Cunha e cia. precisam sim ser investigados, mas não conferimos confiança alguma à justiça burguesa. Apenas o movimento operário organizado tem legitimidade para realizar uma investigação séria contra essa corja, a começar pela devassa das finanças das grandes empresas envoltas em toda essa falcatrua. E vemos necessidade de

denunciar firmemente a forma como Moro e a PF vem atuando, que revela a podridão dos aparelhos repressivos do Estado burguês.

Mas se a posição da direção da CSP-Conlutas e da CST/PSOL são preocupantemente equivocadas, cabe ressaltar que a do **MNN/Território Livre** ultrapassa todos os limites do bom senso. Tal grupo emitiu duas notas em que efetivamente comemorou ditas ações e ainda pediu pela imediata prisão de Lula e queda de Dilma, com a demanda *"Que Lula seja preso!"* **[18]**, alegando que isso favorecerá as condições para a construção de organizações revolucionárias. Uma ilusão delirante de que um processo controlado pelo Estado e pela Justiça dos patrões e posto a serviço dos direitistas pode trazer frutos políticos para o proletariado.

Esses novos acontecimentos em nada alteram nossa posição de oposição ao governo Dilma. Tampouco vemos motivos para baixar o tom quanto ao papel histórico cumprido por Lula de trair e conter os movimentos da classe trabalhadora. Com o acirramento dos ânimos, governistas tem inclusive assumido posturas agressivas que devem ser rechaçadas com o necessário vigor pelo conjunto dos movimentos sociais e da esquerda, como a censura e tentativa de agressão a militantes do Movimento Mulheres em Luta (que compõe a CSP-Conlutas) no ato de 8 de março em São Paulo. Da mesma forma, os direitistas mais fanáticos e com tendências fascistoides realizam agressões contra sedes de sindicatos da CUT, militantes ou mesmo pessoas aleatórias vestidas de vermelho que passam pelas suas manifestações. É preciso unidade dos lutadores para rebater esses reacionários violentos, com todos os meios necessários. O governismo e a reação de direita devem ser derrotados nas lutas e ruas, por meio da mobilização e unidade da classe trabalhadora.

NOTAS

[1] *Institutos de pesquisa fazem levantamentos sobre o perfil dos manifestantes em Porto Alegre*, 16 de março de 2015. Disponível em: http://tinyurl.com/m39kn27

[2] Conforme *A nova roupa da direita*, Pública, 23/06/2015 (disponível emhttp://tinyurl.com/plbh27b), *Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências,* El País Brasil, 15/03/2015 (disponível em http://tinyurl.com/jpky7rz) e*Quem financia os grupos que pedem o impeachment?*, Diário do Centro do Mundo, 15/03/2015 (disponível em http://tinyurl.com/j4kwkyl).

[3] *Contrariando líderes tucanos, FH diz que pedido de impeachment é precipitado*, O Globo, 19/04/2015. Disponível em: http://tinyurl.com/hc4fveo.

[4] Sobre os defensores da "Escola Austríaca", que tem dado as caras no Brasil recentemente, ver o artigo de André Augusto, *O que está em jogo no "Mais Mises, Menos Marx"*. Disponível em: http://tinyurl.com/jag83aj.

[5] Conforme *Barraco na direita: Olavo, Reinaldo, Constantino, Bolsonaro e Kataguiri trocam acusações*, Portal Fórum, 13/01/2016. Disponível em: http://tinyurl.com/j3vl8xj.

[6] A esse respeito, ver *"Tomar as massas em seu movimento",* site do MNN, 17/03/2015 (disponível em http://tinyurl.com/hptdyvy), *Fora Dilma, Fora Todos!*, Facebook do MRS, 16/08/2015 (disponível em http://tinyurl.com/h9uo4gh), *O Brasil precisa de uma Grande Revolução,* Jornal a Nova Democracia n. 147, março/2015 (disponível em: http://tinyurl.com/h5lgjmh) e *Porque ir aos atos do dia 13 de março?*, Facebook do MRS, 12/03/2016 (disponível em http://tinyurl.com/h8uv2un).

[7] Recente pesquisa do *Esquerda Diário* indica que se trataria de uma forte resposta de um bilionário cartel internacional de produção de navios-sonda à tentativa de formação de um cartel competidor "tupiniquim". *Esquerda Diário investiga delações,* Esquerda Diário (portal do MRT), 29/01/2016. Disponível em: http://tinyurl.com/j7tg9y4.

[8] Conforme *Fascistas vão fundar a Frente Nacionalista em Curitiba com um festival lotado de banda ruim*, Vice, 11/12/2015 (disponível em http://tinyurl.com/zj792q4) e *Grupo fascista cancela congresso na região de Curitiba*, Gazeta do Povo, 11/12/2015 (disponível em http://tinyurl.com/hohxs5q)

[9] O PSOL é um partido formado por tendências, de forma que nem todas assinam a participação na Frente Povo sem Medo. Os movimentos do PSOL que aparecem assinando o lançamento da Frente são os seguintes: Coletivo Juntos, Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), RUA – Juventude Anticapitalista, Coletivo Construção e Bloco de Resistência Socialista. Um notável ponto fora da curva foi a corrente morenista CST, seção brasileira da UIT.

[10] Ver *Frente Povo Sem Medo é lançada no Maranhão, com a presença do PSOL*(http://tinyurl.com/hekglsp), *31 de março é dia nacional de luta unificada contra o ajuste fiscal e a reforma da previdência* (http://tinyurl.com/zqo8djy) e *Frente Povo Sem Medo começa a se organizar nos estados* (http://tinyurl.com/gon6cl7).

[11] Ver *Marcelo Freixo apoia Dilma Rousseff* (https://www.youtube.com/watch?v=on3oysCoxj8) e *Jean Wyllys: No segundo turno, eu voto em Dilma*(http://tinyurl.com/gtflrgh).

[12] Conforme *Por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana imposta pela força da mobilização*, de dezembro de 2015 (http://tinyurl.com/jr9ncc7). Em nosso arquivo histórico há um documento de polêmica com a seção irmã do MRT na argentina, quando esta adotou linha semelhante na crise política que passou aquele país em 2001 (ver *Acerca do chamado por uma assembleia constituinte na Argentina*, de março de 2002,http://tinyurl.com/zxc3oz2).

[13] Sobre as posições da LIT / PSTU ante as guerras civis líbia e síria e o conflito na Ucrânia e no Egito, ver (respectivamente) nossa polêmica *De que Lado da Trincheira?,* de novembro de 2011 (http://tinyurl.com/ztu5e67), o artigo do PSTU *Quatro anos da revolução síria*, de março de 2015 (http://tinyurl.com/jc8rtdy), a *Declaração da LIT-QI sobre a situação na Ucrânia*, de maio de 2014 (http://tinyurl.com/jplyqc5) e nossa polêmica *O golpe militar no Egito e a posição escandalosa do PSTU/LIT*, de outubro de 2013 (http://tinyurl.com/z4b87l8).

[14] Ver, por exemplo, *O veredito da história*, de julho de 2015 (http://tinyurl.com/zqy78gy).

[15] Conforme *Nem governistas, nem tucanos. Fora Todos!*, de agosto de 2015 (http://tinyurl.com/hctwcng).

[16] Conforme *"Apoiamos o aprofundamento das investigações": Nota da bancada do PSOL sobre as novas prisões da Lava Jato* (http://tinyurl.com/hgpkkjo).

[17] Conforme *Lula e Dilma devem ser investigados e punidos!*, de março de 2016 (http://tinyurl.com/zfmc83v).

[18] Confira: *Lula na prisão!* (5/3/2016 http://www.movimentonn.org/?p=802 ehttp://tinyurl.com/hwe63t8).

Café da manhã de Dilma com jornalistas

A agenda do governo e a resposta necessária da classe trabalhadora

Por Rodolfo Kaleb, fevereiro de 2016.

De vermelho, sorridente e ante uma mesa farta, Dilma anunciou aos jornais que hoje a atacam incessantemente os seus planos para fazer os trabalhadores continuarem a pagar a crise dos patrões

Ao longo de 2015, o governo do PT realizou uma série de ataques à classe trabalhadora e à juventude do país. Não obstante a diminuição de sua base aliada no Congresso e a instabilidade criada pela oposição de alas do PMDB e pelo PSDB, a gestão de Dilma Rousseff encaminhou, de mãos dadas com o que há de mais podre na política brasileira, como a "Bancada da Bala, Boi e Bíblia" e o conjunto dos parlamentares sanguessugas do PMDB, projetos de lei que atacam os direitos trabalhistas, cortou pesadamente a verba da educação e da saúde pública e ainda aperfeiçoou os instrumentos de criminalização dos movimentos sociais (PL do terrorismo). E tudo indica que este ano será tão agitado quanto.

Logo no começo de 2016, em 15 de janeiro, Dilma realizou um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. Seu conteúdo pode ser acessado em http://tinyurl.com/jlg9dfo (*G1*, 15/01/2016). Ela tem convocado coletivas de imprensa como essa com a intenção de melhorar a popularidade abalada do seu governo. Numa enorme mesa retangular com bastante comida, os jornalistas da grande imprensa fizeram várias perguntas à presidente. O recado claro foi de que as políticas de austeridade e de ataques aos trabalhadores continuarão. Vejamos em detalhes o que foi discutido e para o que nós, trabalhadores, que estamos comendo o pão que o diabo amassou, temos de estar prontos.

Desemprego

Dilma afirmou que sua maior preocupação é com o desemprego. No cálculo do IBGE para o terceiro trimestre de 2015, o desemprego chegou a 9%. Hoje, o número de trabalhadores sem carteira assinada deve estar ainda maior. A presidente disse:

> *"Todo esforço do governo… é para impedir que, no Brasil, nós tenhamos um nível de desemprego elevado. Para mim, é a grande preocupação, é o que nós olhamos todos os dias. É aquilo que mais me preocupa e aquilo que requer mais atenção do governo".*

Mas a preocupação de Dilma não é com a vida dos trabalhadores que estão sem poder pagar as contas e em dificuldades. Se não, não teria realizado o corte de uma série de direitos trabalhistas desde o ano passado, inclusive dificultado o acesso ao seguro-desemprego e benefícios previdenciários. Nem teria encarregado o novo Ministro da Fazendo, Nelson Barbosa, de uma nova contrarreforma da previdência, que aprofundará o ataque aos aposentados iniciado em 2003 por Lula. A preocupação de Dilma é com os banqueiros e os demais capitalistas que começam a sentir no bolso a inadimplência dos serviços (situação de 1 em cada 5 famílias) e com a instabilidade econômica decorrente.

Desde meados do ano passado, milhares de operário das obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio

de Janeiro (Comperj) tem feito grandes mobilizações em defesa de seus empregos (constantemente ameaçados por cortes de pessoal) e salários (constantemente atrasados). Em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, os operários da CSN estão passando nesse momento por uma luta encarniçada contra milhares dedemissões realizadas pela empresa. A rede de supermercados Wal-Mart anunciou o fechamento de 60 lojas, o que vai acarretar centenas de demissões. Com os cortes nos gastos em obras públicas do PAC (8,6 bilhões), somados aos efeitos da crise que vem se arrastando, a perspectiva é sombria para o proletariado.

Diante do cenário de aumento do desemprego, nós trabalhadores devemos lutar pela organização dos desempregados junto com a luta dos demais trabalhadores. Devemos também exigir que os sindicatos os organizem. Mas os burocratas que dominam a maioria dos sindicatos do país (além da maioria das centrais), tornando-os instrumentos de divisão e contenção da classe trabalhadora em vez de instrumentos de luta, não vão fazer isso. Eles não estão nem aí para os trabalhadores demitidos.

Nossa classe deve ser unida. Não devemos aceitar nenhuma demissão por cortes. Amanhã pode ser um de nós. Devemos exigir a ***diminuição das horas de trabalho, sem diminuição de salário, para reintegrar os demitidos***. São os patrões que tanto lucraram nos últimos anos que tem que pagar pela crise do seu sistema. Também devemos exigir a***abertura dos arquivos de contabilidade para revelar a fortuna que os grandes capitalistas estão fazendo*** em cima do suor dos trabalhadores. No caso de fábricas falidas ou que queiram fechar as portas por completo, como o recente caso da MABE (em Campinas e Hortolândia) a ocupação, acompanhada do controle operário, deve ser a tática da classe trabalhadora. São necessárias ações de solidariedade da classe trabalhadora em todo o país para fortalecer esses companheiros.

Terceirização

Apesar de Dilma não ter falado do Projeto de Lei da terceirização (PL 4330/2004), esse é uma importante medida na qual os patrões estão apostando para amenizarem suas contas nesses tempos de recessão e garantirem maiores lucros no próximo ciclo de ascenso econômico. Se aprovado e sancionado, ele permitirá que muitos postos de trabalho hoje regidos pela CLT (com pisos salariais e direitos trabalhistas conquistados a duras penas) passem para a lógica da terceirização, que implica menores salários, menos direitos e constante instabilidade.

Não é a toa que Dilma não tenha mencionado esse PL. A resposta do PT ao mesmo no ano passado foi muito fraca e contraditória, pois ao mesmo tempo em que a CUT realizou certa mobilização contra sua aprovação na Câmara e que os deputados do PT votaram contra o mesmo (ou se abstiveram), o Planalto Central – comprometido até o pescoço com o "ajuste fiscal" então promovido por Joaquim Levy a pedido de Dilma – se calou. Ademais, as mobilizações puxadas pela CUT foram quase que simbólicas, pois os burocratas a frente da central sindical não fizeram nenhum esforço para realmente parar o país com fortes greves.

Se for aprovado no Senado, esse PL será o mais brutal ataque aos direitos trabalhistas desde a ditadura. É essencial barrar o mesmo através de lutas unificadas de todas as categorias e avançar no sentido de acabar de vez com a terceirização, que é uma forma de precarizar a mão de obra e dividir a classe) garantido ***que os trabalhadores terceirizados sejam todos integrados às empresas para as quais prestam serviços com plenos direitos e isonomia salarial.***

Ajuste fiscal

Dilma também deixou claro que vai continuar o ajuste fiscal – agora a cargo do petista Nelson Barbosa – que significa jogar o custo da crise nas costas dos trabalhadores através de corte de gastos públicos e aumento de impostos. Os impostos vão ser mais pesados sobre os trabalhadores, já que incidem sobre consumo ao invés da renda. Os cortes, também. Só para dar um exemplo: a conta de luz teve novo reajuste em novembro, depois de já ter aumentado 48% em 2015. Mas os grandes consumidores, as indústrias, tiveram desconto!

Só no ano passado, Dilma vetou o reajuste dos servidores, suspendeu concursos públicos, cortou 7 bilhões da Educação (provocando uma longa greve nacional nas Instituições de Ensino Superior, que acabou derrotada), quase 4 bilhões da Saúde, 10 bilhões do Bolsa Família, dentre outras medidas. Mas nem pensar em cancelar os pagamentos da "dívida pública" aos credores internacionais, grandes banqueiros e empreiteiras. Estes continuam lucrando e recebendo o dinheiro dos nossos impostos pelos serviços (superfaturados) e empréstimos a juros altíssimos feitos ao governo brasileiro. Reafirmando seu compromisso para com os credores, Dilma recentemente vetou a auditoria dessa dívida, que muitos especialistas indicam ser falsificada. E olha que a Câmara – cuja composição atual tem sido considerada a mais conservadora desde a redemocratização – havia aprovado tal medida.

Por sinal, esses cortes não dividem a oposição de direita e governo, nem o PMDB e nem o Congresso: nisso estão todos juntos contra o povo. Enquanto isso, os salários vão se corroendo pela inflação, que está batendo o índice de 10% ao ano. A próxima medida de Dilma será uma reforma da Previdência para aumentar o tempo de trabalho e reduzir as aposentadorias. No café da manhã, ela disse que

> *"A reforma da Previdência tem de ser compreendida técnica e politicamente. Essa não é uma questão desse ou daquele governo e sequer pode ser*

> *politizada. Têm vários caminhos para o consenso. E um deles é o do fator previdenciário móvel, que pode ser incorporado à reforma”.*

“Não politizar” o debate é uma verdadeira piada. É preciso formar ***um movimento independente do governo e da burguesia contra os cortes de direitos e o arrocho salarial, no qual estejam presentes os partidos, sindicatos, associações de classe e de luta contra a opressão***. Essas organizações de luta devem ter unidade de ação, com greves e manifestações para denunciar e combater esses ataques. Essa é a maneira de mostrar a força da classe trabalhadora contra o governo e deixar claro que não vamos engolir mais ataques enquanto os grandes capitalistas seguem lucrando. Se o governo alega rombo no orçamento, então devemos demandar a taxação progressiva das grandes fortunas.

Leilões do Petróleo

Questionada sobre os leilões dos blocos de petróleo que foram adiados, Dilma disse que:

> *“Ninguém faz leilão de bloco de exploração [com o barril do petróleo] a US$ 30 (...) Como faço, em 2016, com o petróleo a US$ 30, uma concessão de 30 anos? (...) Não é o momento. Talvez poços menores. Estamos olhando isso em áreas menos rentáveis.”*

Eis uma característica do governo petista: ainda quer manter a aparência de que é “independente” dos grandes capitais imperialistas e que defende os interesses da nação. Talvez um governo ainda mais entreguista não se importasse com um “detalhe” como a baixa histórica do preço do barril e vendesse agora mesmo o que resta do petróleo e gás brasileiro. Mas o governo Dilma diz que vai se limitar aos “poços menores” e esperar um aumento antes de abrir novamente as portas para as grandes empresas estrangeiras. Pura retórica. Em 2013, a Agência Nacional do Petróleo realizou grandes leilões onde deu às empresas privadas (em sua maioria europeias, canadenses e americanas) o direito de explorar os blocos de poços profundos por trinta e cinco anos.

Dilma fez demagogia prometendo reverter os royalties (o imposto anual pelo direito de exploração) para saúde e educação. O que não falou, porém, foi que esses impostos, assim como o preço de venda, são uma fatia minúscula do que essas empresas vão lucrar explorando seus trabalhadores e os recursos naturais do país.

Vejamos, como exemplo, o Campo de Libra, situado na costa do Rio de Janeiro, que é a maior reserva de petróleo descoberta até hoje no Brasil (8 a 12 milhões de barris). O campo foi vendido por 15 bilhões de dólares a um consórcio reunindo a Petrobras e as empresas Total (França) e Shell (Inglaterra e Holanda), além da participação menor de duas estatais chinesas. Ora, mesmo se considerarmos o preço atual do petróleo, a exploração renderia cerca de 300 bilhões de dólares. Na época do leilão, a presidente mandou o exército, que supostamente deveria “defender os interesses do país de ameaças externas”, atacar os manifestantes que protestavam contra esse absurdo.

O valor dos royalties varia com o preço do barril. Por isso, a queda no preço fez cair a arrecadação e deixou os estados produtores, como o Rio de Janeiro, em grave situação orçamentária (já que a maior parte do orçamento já é usada para bancar isenções de impostos a empresas privadas). O governador Pezão (PMDB) – da base aliada do governo e escudeiro de Dilma – é claro, não pensou duas vezes antes de cortar da saúde e da educação. Os servidores estaduais do RJ tem sofrido com constantes atrasos de salários e com o não pagamento de seu 13º salário. Os trabalhadores terceirizados de empresas que prestam serviços para hospitais, universidades e órgãos do estado estão em situação ainda pior.

Para resolver essa situação, nós trabalhadores devemos exigir a ***reestatização da Petrobras e a expropriação sem indenização das companhias privadas nacionais e estrangeiras, sob controle dos trabalhadores***. Com isso, a produção pode realmente voltar seus recursos para saúde, educação e investimento em energias limpas. Os petroleiros têm um tremendo potencial de luta e, junto com o restante da nossa classe, são muito mais capazes de defender os interesses do povo do que o governo entreguista de Dilma. Se somarem forças aos servidores estaduais que já se encontram em luta, como no caso do RJ, podem fortalecer imensamente a batalha para que sejam os patrões a pagarem pela crise.

Manifestações

Dilma foi questionada pelos jornalistas sobre as manifestações de rua que estavam acontecendo nas principais cidades do país contra o aumento das tarifas dos transportes, especialmente em São Paulo. Ela teve a cara de pau de afirmar:

> *“Acho que, no nosso caso, conquistamos a democracia, e ela tem de ser cuidada e suas regras respeitadas (...). As manifestações, nós aprendemos a conviver e a respeitá-las. Acho que tratar das questões da democracia, as manifestações são uma prática normal.”*

Dilma fingiu que não viu a repressão brutal da polícia militar paulista contra os manifestantes nos últimos dias. Nem as agressões criminosas da polícia contra os vitoriosos estudantes secundaristas que lutaram para que suas escolas não fossem fechadas no fim de 2015. E pelo visto “esqueceu” que partiu do Executivo o projeto de lei que tipifica atos e grupos “terroristas”, um adicional jurídico importante para garantir a repressão aos movimentos sociais durante as Olimpíadas de 2016, tal qual ocorrera com a “Lei Geral da Copa” em 2014 (também iniciativa do

Planalto Central). [O PL "antiterrorismo" foi sancionado por Dilma no mesmo dia em que o PT convicou um ato "em defesa da democracia".] Quando grupos e partidos da oposição de direita organizaram protestos no ano passado, a polícia posou para fotos e os tratou com gala. Mas diante dos que lutam contra as medidas dos governos para piorar nossa vida, a resposta é com os porretes e bombas. Diante de tudo isso, Dilma comia uma fatia de queijo e falava que "aprendemos a conviver".

Devemos reivindicar ***o fim da polícia militar e outras forças de repressão contra os movimentos sociais***. Precisamos defender o direito de manifestação, um direito democrático cada vez mais cerceado pelos governos. E também exigir ***a queda de todos os processos contra os lutadores das causas populares***, inclusive os 23 criminalizados por protestar durante a Copa do Mundo de 2014. As organizações dos trabalhadores devem se defender contra as agressões policiais, que ocorrem diante de qualquer greve ou movimento combativo.

Impeachment

Por fim, Dilma também comentou o processo de impeachment lançado contra ela no fim do ano passado. Afirmou que

> *"Não se pode, no Brasil, achar que você tira um presidente porque não está simpatizando com ele. Isso não é nem um pouco democrático, achar que você tira um presidente porque, do ponto de vista político, você também não gosta dele."*

É a isso que Dilma resumiu o impeachment: não gostar dela e do seu governo. Não está muito longe da verdade, já que, como visto, existe um amplo acordo entre os partidos da burguesia sobre as medidas de ajuste a serem tomadas. Nessas questões centrais, o governo do PT-PMDB pouco diverge da oposição de direita. Mas esta oposição de direita, junto a uma ala do PMDB, gostaria de ter controle direto sobre o Executivo.

O motivo imediato para o início do processo foi o rompimento do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com o governo. Cunha, um fundamentalista evangélico homofóbico e machista, contra quem pesam acusações fortíssimas de aceitação de propina e que possui uma conta não-declarada com milhões de dólares na Suíça, vinha sendo blindado pelo governo. Como deputados do PT votaram pelo encaminhamento das investigações contra ele, Cunha contra-atacou. Além dessa disputa sórdida, podemos esperar que um governo do PMDB vai ter ainda menos pudores que o PT em acelerar o ajuste fiscal. O PT, afinal, ainda mantém uma relação com burocratas sindicais que precisam enganar suas bases.

Nós, trabalhadores, devemos nos posicionar contra esse impeachment. Não por querer a continuidade do governo de Dilma. Estamos também contra os movimentos que blindam Dilma e pedem a continuidade de seu governo, pois escondem todos os ataques realizados contra nós e as alianças espúrias que ela ainda mantém com o PMDB. Mas o impeachment é uma maquinação de partes do PMDB e da oposição PSDB/DEM para se aproveitar do desgaste político do governo. Se chegarem ao poder, vão continuar as medidas de ajuste e repressão de forma igual, ou pior. Nada temos a ganhar com esse impeachment. Por isso, devemos denunciar aqueles que o defendem.

Os capitalistas e seus governos (como é o governo Dilma) fazem de tudo para salvar seu sistema decadente, nos oprimindo e explorando cada vez mais. Querem nos arrancar tudo. Mesmo as minúsculas reformas realizadas pelo PT nesses 12 anos de governo encontraram um ódio raivoso das classes dominantes. Mas este governo cumpriu sempre as determinações da burguesia e nunca lhe faltou quando foi necessário. As reivindicações que apresentamos ao longo desse texto apontam para a necessidade de os trabalhadores tomarem para si o poder econômico e político. Para melhorar significativamente nossas condições de vida, para mudar os rumos destrutivos do capitalismo em uma direção racional, precisamos de um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, baseado em nossas organizações de luta. Como comunistas revolucionários, defendemos que esta é a única maneira de acabar com a exploração e a opressão que nos atingem. ☭

EM NOSSO SITE

Confira online alguns outros materiais do Reagrupamento Revolucionário

A Frente Comunista dos Trabalhadores: ***um ótimo exemplo de como NÃO se deve construir um partido*****, de setembro de 2015:** http://tinyurl.com/hrnslvq

Materiais sobre a greve das universidades públicas (2015):
http://tinyurl.com/q9jv8yx
http://tinyurl.com/h5vxqp5

Os vaivéns centristas da Fração Trotskista

Da FIT argentina ao #MRTnoPSOL

Rodolfo Kaleb, novembro de 2015

esquerdadiario.com.br

Há cerca de dois anos, publicamos uma longa polêmica com a Fração Trotskista **[1]**, organização internacional do PTS argentino e cuja seção no Brasil é o MRT (antiga LER-QI) **[2]**. Essa polêmica tratava da construção do partido revolucionário e do que, para nós, consiste na estratégia ***centrista*** da Fração Trotskista nesse terreno: apostar na aproximação e no amálgama com correntes oportunistas da "família do trotskismo". Essa postura se revela nas suas publicações, ao longo dos anos, de recorrentes chamados de unidade endereçados a vários grupos revisionistas. Nessas publicações da FT, geralmente são ignoradas ou minimizadas as muitas vezes em que esses grupos renegaram a independência de classe e os princípios do marxismo.

Conforme discutimos a fundo em tal polêmica, a FIT (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores) da Argentina tem sido o principal cenário para aplicação dessa política pelo PTS nos últimos anos. A FIT é uma coalizão eleitoral entre o PTS e duas outras organizações que reivindicam o trotskismo – o Partido Obrero (PO) e a Esquerda Socialista (IS – seção argentina da corrente morenista UIT).

Reconhecemos que a FIT não é um bloco de colaboração de classes, se diferenciando, portanto de uma "frente popular" com partidos burgueses. Dessa forma, em casos específicos, o apoio eleitoral crítico à FIT seria válido. Por outro lado, ela também não é, diferentemente do que a FT afirma em certas ocasiões (e nega em outras), um mero bloco eleitoral com o propósito limitado de viabilizar candidaturas proletárias nas eleições burguesas. Porém, como demonstramos naquela polêmica, o PTS pretende da FIT um trampolim para a unidade política com as outras correntes, especialmente o Partido Obrero de Jorge Altamira. O PTS frequentemente pressiona os outros grupos para manter essa unidade para além das eleições, na forma de uma frente permanente. De forma emblemática, reiteradas vezes o PTS e o MRT afirmaram encarar a FIT como uma "frente revolucionária", como um embrião de um partido revolucionário.

Desde que escrevemos nossa crítica, tivemos muitas conversas com militantes da Fração Trotskista no Brasil (então organizados na LER-QI) sobre esse assunto. Uma resposta que comumente recebemos foi de que a intenção do PTS não era se aproximar dos grupos revisionistas, mas que a FIT era uma "frente única", uma simples colaboração prática, com o objetivo de superar a legislação eleitoral restritiva da Argentina, e concorrer às eleições com uma chapa classista. Significativamente, essa posição já foi divulgada pela seção alemã da Fração Trotskista, conforme apontamos em nossa polêmica anterior **[3]**. Certamente que não haveria nada de errado com isso, não fossem as afirmações claras do próprio PTS de que a FIT ***não é isso.*** Recentemente, a FIT tem passado por uma dura divisão em relação à formação da chapa para as eleições presidenciais. Nesse contexto, aqui está uma resposta da liderança do PTS à afirmação de Altamira (PO), feita no fim do ano passado, de que a FIT era uma "frente única":

> "A FIT é um bloco de agitação de três partidos que se reivindicam trotskistas que defendem um programa de reivindicações transitórias, a independência da classe e propõem um governo dos trabalhadores. ***Isso não é uma 'frente única'***, e sim um reagrupamento de formações de esquerda que se reivindicam revolucionárias que ainda não são partidos grandes e seu objetivo é agitar um programa revolucionário em comum nos processos eleitorais. O programa da FIT, mais que o de 'frente única', abre o caminho para o debate da necessidade de um partido revolucionário, proposta que temos feito

em várias oportunidades e à qual os nossos aliados lamentavelmente tem se negado sistematicamente." (nossa ênfase)

***O Partido Obrero no Luna Park e o discurso de Jorge Altamira, 9 de novembro de 2014.* Disponível em: http://tinyurl.com/ofbu7tt**

Essa declaração da liderança do PTS deixa explícito aquilo que dizíamos, e que alguns militantes da FT sempre negaram: que a atuação do PTS na FIT é buscar a unidade, uma aproximação política, com correntes reconhecidamente oportunistas.

Outra resposta (verbal) que recebemos à nossa polêmica foi o reconhecimento de que, sim, a Fração Trotskista faz convites para discussões de unidade a essas correntes oportunistas (o que fica evidente lendo a citação acima). Mas que isso nada mais seria que uma "tática" para incidir sobre a base desses grupos. Ou seja, o objetivo seria mostrar que o PTS não se recusa ao debate, que não é um grupo sectário. Isso implicaria que a FT não pretende, de fato, unidade com os grupos que corteja, mas que afirma isso somente como uma forma de disputar seus militantes.

Temos sérios problemas com essa "explicação". Antes de tudo, porque ela é dissimulada. A "tática" da FT seria desonesta com a base das correntes oportunistas ao proclamar uma coisa (o desejo de aproximação ou discussão de unidade) tendo outro interesse por trás. Além do mais, se realmente fosse essa a intenção da Fração Trotskista, essa seria uma "tática" muito ruim para o propósito de convencer esses militantes. A FT faz muitas críticas acertadas às posições oportunistas do PO e dos morenistas da Esquerda Socialista. Porém, joga fora a sua consistência quando, volta e meia, considera que eles "defendem um programa de reivindicações transitórias, a independência da classe e propõem um governo dos trabalhadores" (como afirma que fazem na FIT).

Para ganhar a base de um grupo oportunista, é necessário demonstrar cabalmente os problemas incorrigíveis da sua direção. Afinal, todo militante dedicado permaneceria em sua organização (mesmo que nela visse problemas e erros) se considerasse que eles são solucionáveis. Deve-se explicar calmamente à base dessas correntes como a política de seus dirigentes conduz ou conduziria o proletariado a derrotas, e não fazer concessões ou chamados de unidade. Como disse Trotsky, "*Se um livro de física contiver, ainda que fosse só duas linhas sobre Deus como a causa primeira, estaria no meu direito concluir que o autor é um obscurantista*" **[4]**. De nada adiantam as críticas muitas vezes corretas que a Fração Trotskista faz a esses grupos oportunistas se ela afirma (em bem mais de duas linhas) que os três partidos da FIT (Partido Obrero e Esquerda Socialista, além do próprio PTS) defendem um "programa revolucionário em comum" e então demanda unidade política com os mesmos.

Quantas vezes esses grupos não cruzaram a independência de classe? Vem à mente as várias vezes em que o PO apoiou candidaturas burguesas nas eleições **[5]**. Ou quando a IS defendeu a vitória de uma "revolução" em unidade com a OTAN na Líbia em 2011 **[6]**. Em 2012, o PO levantou no contexto da Grécia a proposta de um "governo da esquerda" para assumir o Estado burguês **[7]**. E que dizer então dos morenistas, que viram uma "revolução vitoriosa" no Egito enquanto os militares subiam ao poder em 2013 **[8]**? A FT conhece muito bem todos esses exemplos, pois os criticou. Portanto, a sua afirmação de que esses partidos defendem a "independência de classe" e "propõem um governo dos trabalhadores", é uma*capitulação centrista.* Centrista porque, não obstante criticar tais grupos em diferentes ocasiões, são quase que periódicos os chamados à construção de organizações "revolucionárias" junto com eles, seja no âmbito argentino, via PTS, seja internacional. Veja-se esse exemplo de chamado do PTS, de 2009:

"Na Argentina, o PTS está chamando as correntes trotskistas que não adotaram a política de dissolver-se ou de aliar-se com setores da centro-esquerda (como o Partido Obrero e aquelas que, como a Esquerda Socialista e o MAS, nas últimas eleições nacionais formaram junto com o PTS o FITS) ***a abrir a discussão para avançar na construção de um partido comum marxista revolucionário***, com centralismo democrático, que supõe a liberdade de tendências, e numa intervenção comum na luta de classes, que permita mediante a experiência e a discussão, superar a dispersão atual das forças que nos reivindicamos do marxismo revolucionário."

***Que partido para qual estratégia?*, 23 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://tinyurl.com/nef63aa**

Ou, ainda mais significativa, a campanha iniciada pela Fração Trotskista cerca dois anos atrás, em prol de um "Movimento por uma Internacional da Revolução Socialista" (a qual ela acabou abandonando silenciosamente após certo estardalhaço de alguns meses). Essa campanha partia de um manifesto onde se chamava ao "reagrupamento" uma série de grupos oportunistas sem qualquer consistência, baseando-se em posições bastante isoladas acerca de uma série de fenômenos importantes da luta de classes que então ocorriam mundo afora, em especial aqueles relacionados à "Primavera Árabe" e à luta de classes na Grécia:

"Chamamos especialmente os companheiros do Novo Partido Anticapitalista (NPA) da França, tanto os que integram conosco a 'Plataforma Z' como aqueles que se agrupam na 'Plataforma Y' (…) e os companheiros do ex-Secretariado Unificado (SU) de outros países que enfrentam a orientação majoritária de generalizar este tipo de blocos com reformistas (…); os companheiros do *Partido Obrero* da Argentina e a *Coordenação pela Refundação da Quarta Internacional* (CRCI), com quem integramos na Argentina a *Frente de Esquerda dos Trabalhadores* (FIT) e temos coincidido em diversos fatos da luta de classes nacional e internacional; os grupos da esquerda trotskista grega que combatem a adaptação ao Syriza; e a todas aquelas organizações

da esquerda revolucionária ou da vanguarda operária e juvenil que busquem o caminho à revolução." ***Manifesto por um Movimento por uma Internacional da Revolução Socialista*, agosto de 2013. Disponível em: http://tinyurl.com/qetl3tn**

Em todos esses casos, a Fração Trotskista dizia querer construir um partido conjunto com as organizações revisionistas do trotskismo. Para nós, diferente das duas supostas explicações que mencionamos acima para esses chamados de aproximação e de unidade, há uma terceira que realmente faz sentido.

Alguns dirigentes da FT parecem compreender essas propostas como um tipo de "manobra". Porém, essa manobra não pode ter a intenção de disputar a base das correntes oportunistas, pois o efeito só poderia ser enfraquecer suas críticas diante desse público, conforme explicamos. Essa manobra se destina aos próprios dirigentes dos grupos oportunistas, com o objetivo de atrair essas correntes a uma aproximação. Daí o seu formato mais comum ser uma carta ou carta aberta, com a intenção de pressionar os dirigentes a debater o assunto. Por sua vez, muitos militantes da Fração Trotskista ou ignoram a existência desses chamados ou são convencidos pela desculpa de que se trata de "táticas" para disputar a base dos centristas.

Os líderes da FT estão errados em achar que podem manobrar ou influenciar os dirigentes de grupos oportunistas a uma fusão onde seu programa tenha alguma chance de prevalecer. Via de regra, esses dirigentes são muito pouco ingênuos e bastante experientes nesse tipo de jogada. Além disso, fazer essa aposta implica também acreditar na capacidade desses dirigentes de efetivamente assumir o programa do marxismo revolucionário, ainda que sob algum tipo de indução ou pressão, o que é uma ilusão. Como apontamos em nossa polêmica de dois anos atrás, essa era precisamente a expectativa dos velhos pablistas com relação aos stalinistas e reformistas, com a diferença de que a FT quer fazer isso com grupos da "família trotskista".

Hoje o PO argentino, ontem o PSTU brasileiro

Se hoje em dia o PTS faz elogios e propostas de unidade ao PO/IS, enaltecendo a FIT enquanto um bloco com um "programa revolucionário em comum", quase dez anos atrás a FT preferia fazer isso com os morenistas do PSTU brasileiro. Daí a "carta aberta aos militantes do PSTU e da LIT", que eles publicaram em 2006:

> "Nossa corrente, assim como a LIT, vem corretamente criticando o giro à direita da maioria das correntes do trotskismo internacional, fenômeno que vocês chamam de 'vendaval oportunista'. (…) Recentemente, o PO dá passos no mesmo caminho e chama a votar na Frente Popular de Evo Morales na Bolívia, e depois, em Romano Prodi na Itália. Consideramos que, assim como nós, os companheiros do PSTU e da LIT tiveram o mérito de não cometer nenhuma dessas capitulações citadas e são esses acordos políticos que nos levam a propor abrir uma discussão nacional e internacional." ***Carta aberta aos militantes do PSTU e da LIT*, 5 de maio de 2006. Disponível em: http://tinyurl.com/opzzca6**

Isso só mostra que não se trata de um fenômeno novo ou isolado. Em 2014, os companheiros da FT aparentemente haviam "se esquecido" dessas posições oportunistas do PO e afirmaram que ele defendia a independência de classe e um governo de trabalhadores. Em 2006, por sua vez, a antiga LER-QI "se esquecia" de toda a história oportunista do morenismo, seu apoio também recorrente a frentes populares com a burguesia, incluindo o PT brasileiro, que o PSTU havia apoiado eleitoralmente apenas quatro anos antes **[9]**. A então LER-QI via "acordos políticos que nos levam a propor abrir uma discussão nacional e internacional" com os morenistas.

Certamente as intenções da FT foram frustradas com o giro à direita no próprio PSTU, que nos últimos anos apoiou uma série de quedas de governo hegemonizadas por partidos burgueses ou pelo próprio imperialismo como supostas "revoluções democráticas vitoriosas" (Líbia, Ucrânia, duas vezes no Egito). Mas podemos seriamente esperar que esses chamados de unidade não voltarão a se repetir diante de um realinhamento político? Os revolucionários precisam ser a "memória política" da vanguarda proletária para orientá-las diante das armadilhas reformistas e oportunistas. Mas nesse caso, a FT não lembrava (ou melhor, fingia não lembrar – o que é ainda pior) do que eles próprios escreveram.

Há algo de novo na criação do MRT?

A recente transformação da LER-QI em MRT indicou uma intenção em realizar um giro de massas, dando um salto qualitativo em sua situação organizativa, a qual ainda era em grande parte a de um grupo de propaganda. Isso implicou também a transformação do site da organização num portal de notícias mais amplo, o *Esquerda Diário*. **[10]**

Em seu congresso (julho passado), o MRT deu uma nova forma a esse giro através de sua decisão de pedir o ingresso no PSOL. Depois dos últimos resultados eleitorais do PSOL, o MRT considerou-o como "um partido que pode expressar crescentemente parte importante das tendências de massas que se desenvolverão à esquerda da crise do PT" **[11]**. Ao pedir sua entrada à direção do partido, o MRT fez algumas críticas ao rumo que ela tem tomado, apontando como tem sido incapaz de tirar vantagem do enorme desgaste do PT com a classe trabalhadora e outros setores populares, e expressando em seguida o desejo de tornar-se uma tendência interna com liberdade programática. A direção do PSOL recusou a entrada do MRT até esse momento, apontando que ela só poderia dar-se por aprovação do congresso partidário em 2016, o que o MRT denunciou como antidemocrático. Isso fez com que lançasse uma

campanha pelas redes sociais com o slogan #MRTnoPSOL.

Não há nenhuma questão de princípios que impeça a entrada (temporária) de organizações que se reivindicam revolucionárias em partidos reformistas mais amplos, como uma tendência de esquerda. Os trotskistas europeus e americanos, por exemplo, realizaram nos anos 1930 um movimento (que ficou conhecido como "entrismo") de adesão organizativa aos partidos socialdemocratas de massas, que recentemente haviam ganho muitos setores jovens e radicalizados da classe trabalhadora. Somos contra a crítica ultraesquerdista que considera qualquer tática dessa natureza como uma "traição" imediata.

Porém, é inegável que há entradas oportunistas, assim como revolucionárias. O objetivo dos trotskistas com táticas de entrada é polarizar um setor ao redor do programa revolucionário para posteriormente construir um partido marxista independente. Nisso, como sempre, é preciso plena independência programática do oportunismo. Um exemplo pela negativa é a atuação de muitas correntes da ala de esquerda do próprio PSOL (algumas das quais se reivindicam trotskistas). Apesar de criticarem os passos mais abusivos da direção desse partido em questões de falta de democracia interna e posturas oportunistas de colaboração de classe (dentre as quais está, mais recentemente, de querer fazer uma "frente de esquerda" com o PT/PCdoB e outros partidos burgueses **[12] [ver o ADENDO ao final deste artigo para os fatos mais recentes]**), acabam se adaptando a uma convivência com tal direção.

As principais correntes que compõem o "bloco de esquerda" do PSOL chamaram a votar na candidata do partido, Luciana Genro, mesmo sabendo que ela havia recebido financiamento de campanha de empresas. Também fazem elogios e uma verdadeira tietagem com figuras parlamentares como Marcelo Freixo, cujas posições políticas passam longe de qualquer ideal socialista. Veja-se o "apoio crítico" que Freixo deu ao projeto das UPP e a propaganda eleitoral que fez para Dilma no segundo turno das eleições em 2014.

O que surpreende na decisão do MRT de entrar no PSOL é porque se dá num momento em que nenhum setor combativo da juventude ou da classe trabalhadora brasileira caminha em direção a esse partido. Os movimentos de "entrismo" originais foram motivados por uma grande leva de militantes radicais (assim como de jovens e interessantes grupos centristas) que adentravam a socialdemocracia. Nenhum movimento desse tipo existe no PSOL brasileiro nesse momento.

O crescimento eleitoral (pouco expressivo) do PSOL foi o principal argumento usado pelo MRT para sua decisão. Mas esse resultado não implicou, nem necessariamente o fará, nenhuma perspectiva de crescimento qualitativo do seu corpo militante (em número e em radicalidade política), que é o que interessa para construção do partido. As correntes que se reivindicam "trotskistas" no PSOL estão adaptadas à direção do partido, conforme ficou patente com o seu respeito à disciplina partidária mesmo depois que o último congresso foi ganho com base em delegados eleitos fraudulentamente pela corrente majoritária de Randolfe Rodrigues.

Impressiona também a mudança de tom do MRT com relação ao PSOL. Em dezembro de 2013, a então LER-QI afirmava com bastante certeza que, embora pudesse crescer eleitoralmente, o PSOL só poderia aprofundar o seu eleitoralismo, que era "incapaz de romper com a tradição petista":

> "O PSTU faliu como alternativa revolucionária, e o PSOL.... nunca se colocou essa perspectiva. Quando dizemos que faliram, não quer dizer que não podem até vir a crescer (coisa que não se deu qualitativamente pós junho), por exemplo, capitalizando eleitoralmente (nas eleições burguesas, mas também nos sindicatos) a mudança da consciência das massas pós junho. Mas isso se dará aprofundando os problemas que aqui apontamos, pois não poderão resistir às pressões de adaptação, como se expressou em junho, ***pois fazem parte de uma tradição arraigada***. (…) E seguirá sendo assim, pois são ***incapazes de romper com a tradição petista***, o que só poderia se dar fazendo uma ruptura com sua própria tradição, marcada pelo sindicalismo e eleitoralismo."
>
> ***O PSOL e o PSTU não passaram a prova de junho*, 11 de dezembro de 2013. Disponível em:http://tinyurl.com/obadk2y**

Agora, parece que é fundamental que o PSOL "concentre forças" a favor da classe trabalhadora, o que é apresentado com uma aposta válida, na qual os revolucionários deveriam colocar esforços:

> "Para que a luta dos trabalhadores seja consequente, é necessário que o PSOL, com seus militantes e parlamentares, concentre forças a favor das lutas e da organização da classe trabalhadora e da juventude, abrindo portas para as organizações revolucionárias que queiram fazer parte dessa perspectiva."
>
> ***Manifesto do MRT em campanha pelo #MRTnoPSOL*, 6 de agosto de 2015. Disponível em: http://tinyurl.com/og75csl**

É claro que não há como saber de antemão como será (caso seja concretizada) a atuação da tendência do MRT no PSOL. Mas com base na sua estratégia centrista de buscar unidade com correntes oportunistas, imaginamos que não se daria no sentido de polarizar um setor do partido contra a direção (e de forma independente do atual "bloco de esquerda"). Ao contrário, podemos prever chamados de unidade a certas correntes revisionistas da "família trotskista" da esquerda do partido, semelhantes aos que a Fração Trotskista já faz regularmente do lado de fora. Inclusive, uma das correntes do "bloco de esquerda" do PSOL é a morenista CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), organização irmã da IS argentina à qual o PTS já endereça os seus chamados.

Apesar do seu novo nome, o MRT brasileiro é herdeiro dessa política, já que nunca fez uma crítica à

mesma, demonstrando claro alinhamento com a linha centrista da direção internacional da FT. Assim como todos os centristas que oscilam entre uma política pretensamente revolucionária e posições abertamente oportunistas, também a FT realiza vaivéns na sua posição em relação aos grupos revisionistas do trotskismo. Ora crítica acertada, ora capitulação e desejo de unidade. Mas não se pode reconstruir a Quarta Internacional com "manobras" desse tipo. Somente uma crítica certeira e consistente ao oportunismo pode avançar para a reconstrução do partido mundial da revolução socialista.

ADENDO

Desde que a versão preliminar deste artigo ficou pronta, o PSOL formou a "Frente Brasil sem Medo", em conjunto com o MTST e setores governistas do PT e do PCdoB, organizados na CUT, na CTB, na UNE, e em outros agrupamentos menores. O objetivo dessa frente seria o de enfrentar as medidas de austeridade do governo e a ameaça de impeachment que a direita está lançando contra ele, mas blindando Dilma e o PT, ao focar as críticas somente em Levy (como se fossem coisas diferentes!). Em resposta a esse giro à direita por parte do PSOL, o MRT deixou de lado a postura mais "branda" que vinha adotando e lançou duras críticas ao partido **[13]**. Ademais, parece ter removido de sua agitação cotidiana a campanha #MRTnoPsol, que vinha priorizando em sua atuação pública. Não podemos prever de antemão se o MRT irá manter o pedido de entrada no PSOL ou se presenciaremos um novo zigezague na orientação política dessa organização, mas está clara a confusão que gera a sua orientação estratégica que aqui criticamos.

NOTAS

[1] *Fração Trotskista e sua ruptura incompleta com o morenismo* (maio de 2013). Disponível em: http://tinyurl.com/nkbz9bl

[2] Nós do Reagrupamento Revolucionário possuímos com as companheiras e companheiros do MRT outras diferenças estratégicas que nos separam. Desde 2013, algumas de nossas diferenças políticas se aprofundaram ou se mantiveram, sobretudo com relação à política nos processos de guerra civil e intervenção imperialista no Oriente Médio e Norte da África (caso da Líbia e da Síria), onde observamos um abandono do princípio de defesa das nações oprimidas e uma aproximação com o oportunismo morenista de apoiar setores desse processo independentemente de seu conteúdo de classe. Veja *Os rebeldes na Líbia e na Síria e a posição revolucionária* (janeiro de 2014), disponível em http://tinyurl.com/oubqhar . E também em questões nacionais, como quando a então LER-QI chamou "voto crítico" no PSTU "onde este partido não estivesse coligado com o PSOL" (nacionalmente). Isso sendo que o PSTU estava coligado com o PSOL nos principais estados do país, inclusive em São Paulo e, no Rio Grande do Sul, onde era parte de uma campanha que recebeu dinheiro de financiamento capitalista. Veja *Os comunistas e as eleições de 2014*(setembro de 2014), disponível em: http://tinyurl.com/oh34asr .

[3] "Outra característica importante para a formação da FIT é a questão de frentes eleitorais como uma frente única temporária baseada em acordos parciais em uma situação concreta, em oposição a projetos de longo prazo, baseados em acordos mais profundos em termos de programa, estratégia e prática. A FIT não é de forma alguma um projeto que foi designado em termos de um alinhamento de longo prazo do PTS com o PO, mas sobre a necessidade concreta de uma frente única dos trabalhadores contra a repressão burguesa…". (*A campanha eleitoral da FIT na Argentina*, 27 de julho de 2011, disponível em inglês em: http://tinyurl.com/no6ebjg)

[4] *De um arranhão ao perigo de gangrena* (janeiro de 1940). Disponível em: http://tinyurl.com/pwue93x

[5] Conforme nossa crítica em *PCO, Partido Obrero e as frentes populares* (fevereiro de 2013). Disponível em: http://tinyurl.com/n9r9zbg

[6] *La revolución árabe y el final de Kadafi.* Disponível em: http://tinyurl.com/p8twb53 Para nossa crítica à posição semelhante tomada pelo PSTU brasileiro, ver *PSTU, Fração Trotskista e a defesa da Líbia contra o imperialismo* (novembro de 2011), disponível em:http://tinyurl.com/od7f3e5

[7] *La pulseada entre el FMI y Syriza.* Disponível em: http://tinyurl.com/ngbjezc Para a crítica publicada pelo PTS argentino, ver *Los revolucionarios y la cuestión del "gobierno de izquierda"*, disponível em: http://tinyurl.com/oao8toq

[8] *Egipto: la movilización revolucionaria derribó a Mursi!* Disponível em: http://tinyurl.com/pac6u7n Para nossa crítica à posição semelhante tomada pelo PSTU brasileiro, ver *O golpe militar no Egito e a posição escandalosa do PSTU/LIT* (outubro de 2013), disponível em: http://tinyurl.com/o6vjpnh

[9] *PSTU chama voto em Lula* (outubro de 2002). Disponível em: http://tinyurl.com/heqq6pr. Para uma crítica nossa à prática do morenismo e do PSTU em apoiar frentes populares, ver *PSTU "justifica" seu bloco com PSOL e PCdoB* (agosto de 2012), disponível em: http://tinyurl.com/qbau88k.

[10] O MRT está claramente experimentando neste giro. Pouco antes da mudança de nome, havia dado um tom muito mais superficial aos materiais publicados em seu jornal *Palavra Operária* – um clássico erro em tentar atingir as massas reduzindo o programa, contra o qual Trotsky advertira seus camaradas franceses em 1935 (em um texto que recomendamos fortemente aos membros do MRT e do qual citamos abaixo um trecho). Depois, extinguiram o jornal impresso para lançar o portal de notícias online *Esquerda Diário*, tendo apenas recentemente voltado com uma versão impressa do *Palavra Operária*, dessa vez com um tom mais parecido com o original, com matérias se diferenciando de grupos adversários e fazendo polêmicas.

"*Mas, muito frequentemente, a impaciência revolucionária (que facilmente se transforma em impaciência oportunista) leva à seguinte conclusão: as massas não vem até nós porque nossas ideias são complicadas demais e nossas palavras de ordem avançadas demais – ou seja, deve-se jogar fora alguns entulhos. Basicamente, isso significa: nossas palavras de ordem devem corresponder não à situação objetiva, não à relação de classes analisada pelo método marxista, mas a observações subjetivas (e extremamente superficiais e inadequadas) sobre o que as "massas" podem e não podem aceitar. Mas quais massas? A massa não é homogênea. Ela se desenvolve. Ela sente a pressão dos eventos. Ela aceitará amanhã o que não aceita hoje. Nossos quadros vão desbravar o caminho com crescente sucesso para nossas ideias e palavras de ordem, as quais vão se mostrar corretas porque são confirmadas pela marcha dos eventos e não por observações subjetivas e pessoais.*" (Leon Trotsky, *O que é um jornal de massas?* Novembro de 1935, disponível em http://tinyurl.com/pqou98n)

[11] *Congresso do MRT aprova proposta de entrada no PSOL*, 20 de julho de 2015, disponível em: http://tinyurl.com/q5466nb.

[12] *Negociação avança e frente de esquerda é batizada de "Grupo Brasil"*, 27 de junho de 2015, disponível em: http://tinyurl.com/heednfd.

[13] *Uma Frente pra deixar Dilma e o PT sem medo*, de 13 de outubro de 2015, disponível em: http://tinyurl.com/h9k8l3v.

Polêmica com a LIT / PSTU sobre a Palestina

Internacionalismo proletário ou adaptação ao nacionalismo burguês?

Rodolfo Kaleb e Marcio Torres, janeiro de 2015

worldjewishdaily.com

Recentemente nós do **Reagrupamento Revolucionário** publicamos uma declaração sobre a questão palestina e o massacre perpetrado pelo regime sionista de Israel contra a população de Gaza. **[1]** Nessa declaração, além de apontarmos nossa oposição em relação aos ataques israelenses e a defesa da Palestina de forma mais geral, também tecemos algumas breves críticas a algumas posições presentes na esquerda que se reivindica revolucionária. Esta frequentemente defende uma política desorientadora e oportunista sobre tarefas concretas para levar à emancipação do povo palestino e a um governo dos trabalhadores. Dessa forma, queremos aprofundar algumas dessas críticas, mais especificamente as que se aplicam ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e à organização internacional por ele dirigida, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT).

Capitulação ao programa e aos partidos nacionalistas burgueses

Comumente, o PSTU/LIT resume seu programa para a luta de classes na Palestina através do slogan "*Por uma Palestina livre, laica e democrática*" (acrescentando, às vezes, também "não racista"). Não é acaso que essa síntese de sua posição não coloque em questão o **caráter de classe** da Palestina que almejam. Analisando de perto o conteúdo desse slogan, vemos que ele se limita ao programa original da OLP (Organização pela Libertação da Palestina), como o próprio PSTU já afirmou explicitamente:

> "Estamos juntos com as massas palestinas, libanesas e árabes na defesa da destruição do Estado de Israel. Contudo, diferentemente das correntes fundamentalistas islâmicas, ***fazemos esta defesa dentro da mesma perspectiva que existia na raiz da OLP: a criação de uma Palestina laica, democrática e não racista***."
> ***Pela destruição do "Estado policial" de Israel, de agosto de 2006.*** **Ênfase nossa.** http://www.pstu.org.br/internacional_materia.asp?id=5404&ida=0

Criada em 1964, a OLP começou como uma coalização de forças políticas variadas adotando táticas de guerrilha, reivindicando o fim do sionismo, o direito de retorno dos palestinos expulsos de suas terras e o retorno à "Palestina histórica", isto é, às fronteiras existentes antes de 1948. Como acontece com toda organização de massas sem uma delimitação classista, a OLP passou rapidamente a atender fundamentalmente aos interesses dos setores mais favorecidos economicamente da população palestina. Logo nos primeiros anos, o partido Fatah (Movimento pela Libertação Nacional da Palestina) dirigido por Yasser Arafat tornou-se a liderança da organização, o que lhe conferiu um caráter político nacionalista, sem nenhuma pretensão de confrontar o capitalismo. Com o tempo, esse programa levou à sua conclusão lógica: disposição a "negociar" os direitos dos palestinos em troca de alguma estabilidade econômica e política para os palestinos

mais prósperos. Na década de 1980, sob a orientação do Fatah, a OLP aceitou negociar com Israel um "mini Estado" palestino, que compreendesse a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, abandonando abertamente as pretensões de derrotar o controle do Estado sionista sobre o território palestino e reconhecendo a legitimidade deste.

Qual força política é capaz de construir uma Palestina "laica, democrática e não racista"? Para os marxistas, só há duas classes na sociedade moderna que são capazes de realmente estabelecer seu poder: ou a burguesia ou os trabalhadores. A camada bastante frágil dos empresários palestinos já demonstrou sua completa bancarrota política ao aceitar uma "coexistência" sob o tacão dos sionistas. Cabe ao proletariado da região, em aliança com as massas camponesas pobres e os oprimidos pelo capitalismo sionista, lutar contra esse regime. Mas ao se organizar como vanguarda da luta contra o sionismo, o proletariado não irá se limitar ao programa democrático da pequena-burguesia. Ele vai necessariamente iniciar a construção do seu próprio governo, estabelecido sob as bases de expropriação da propriedade burguesa, administração democrática das empresas e armamento dos trabalhadores.

Ao reivindicar o programa original da OLP, abandonado pelo próprio Fatah em razão dos interesses de classe burgueses e pequeno-burgueses que ele representa, os dirigentes do PSTU "esquecem" o "detalhe" de que uma Palestina realmente "livre, soberana, democrática e não racista" só é possível sob um regime de **democracia proletária**, e que isso jamais esteve no programa da OLP e nem estará, pois vai contra seu compromisso de manter o capitalismo. O resultado é que o PSTU se coloca em defesa de um programa pequeno-burguês. Muitos dos seus materiais de propaganda sequer colocam a tarefa de construção de um poder dos trabalhadores **[2]**, ou colocam essa tarefa de forma deslocada da luta (considerada prioritária) por uma Palestina "democrática". Sob essa configuração, a Palestina "democrática" defendida pelo PSTU seria um regime burguês para substituir Israel. É nos próprios partidos da burguesia e da pequena-burguesia que o PSTU busca um instrumento para realizar essa tarefa. Por muitos anos, chamou para que a OLP liderasse o povo palestino e lhe conferiu apoio político praticamente acrítico. Mas como nos últimos anos a capitulação da OLP ao sionismo ficou explícita demais, foi necessário ao PSTU buscar outra força política da qual esperar o objetivo utópico da "Palestina livre" sem menção ao caráter de classe. Em 2007, em um artigo publicado em seu site, o PSTU defendeu a seguinte "alternativa":

> "Nesse momento é muito importante realizar um chamado a todos os que desejam resistir a Israel e seus parceiros. ***O Hamas precisa estar à frente desse chamado a todas as organizações da resistência palestina, da esquerda e das próprias bases do Fatah***, a romper com seu corrupto presidente e repudiar seu golpe. A paz só virá com a luta intransigente e até o fim contra o Estado de Israel e a construção de uma Palestina soberana, laica, democrática e não racista, com retorno de todos os refugiados."
>
> ***Hamas toma controle da Faixa de Gaza, julho de 2007.* Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7020&ida=2**

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) surgiu em 1987 como uma dissidência da Irmandade Muçulmana, sendo um partido que defende a construção de um Estado teocrático islâmico na Palestina. Em 2007, no ano do artigo escrito pelo PSTU, ele chegou ao governo da Faixa de Gaza e hoje controla a maioria dos assentos no parlamento organizado pela Autoridade Nacional Palestina. O Hamas ganhou bastante prestígio com as massas palestinas em razão da capitulação gritante da OLP ao regime sionista e, devido à situação extrema da Faixa de Gaza, ele frequentemente toma medidas de resistência armada contra Israel. Contudo, seus interesses nada tem a ver com os do proletariado. Não só ele também sustenta o capitalismo, como também é abertamente antidemocrático, sendo contra os direitos seculares das mulheres da Palestina e igualando todos os trabalhadores israelenses com os assassinos governantes de Israel.

Ao chamar para que o Hamas "esteja à frente" de toda a resistência palestina, o PSTU conferiu a esse partido nacionalista islâmico o "direito" de liderar inclusive os trabalhadores palestinos. Indiretamente, está abdicando da luta por um partido revolucionário para ganhar o proletariado da influência nociva do nacionalismo islâmico, dizendo inclusive que é o Hamas que deve chamar a romper a base do Fatah. Além do mais, como é possível que os dirigentes do PSTU acreditem que o Hamas seja capaz de levar a cabo uma luta por um programa que ele jamais teve, ou mesmo que seja possível que seus membros lutem por uma Palestina "laica" (sendo defensores da teocracia islâmica), "livre e soberana" (sendo que estão à frente de um governo capitalista num mundo dominado pelo capital imperialista); ou mesmo "democrática" (quando são fanáticos religiosos profundamente misóginos e homofóbicos)? O resultado de uma hegemonia do Hamas na resistência palestina contra Israel seria aprisionar as massas palestinas ao nacionalismo islâmico, alienar (ainda mais) os trabalhadores israelenses de qualquer oposição ao regime sionista e garantir que, de uma forma ou de outra, os interesses sujos da burguesia seriam assegurados. Nenhum marxista digno do nome pode sustentar tal posição.

A escandalosa caracterização do proletariado israelense

Se a palavra de ordem do PSTU por uma "Palestina livre, laica e democrática" é uma clara limitação a um programa democrático burguês, fruto de sua capitulação ao nacionalismo árabe procapitalista, há ainda outro aspecto

da sua política que também é um enorme obstáculo para qualquer perspectiva de revolução proletária. Segundo a caracterização feita pela LIT em 2011:

> "Assim como o Estado sionista não é um Estado normal, mas sim um ***enclave militar***, tampouco o é a classe operária que lá vive. Ao ser Israel um Estado artificial, baseado no roubo e superexploração dos palestinos, a classe operária judia em Israel é também parte da ocupação, ou seja, recebe privilégios da ocupação. Em outras palavras, tem um nível de vida melhor do que o dos trabalhadores árabes exatamente porque recebe migalhas derivadas da exploração destes, e pelo dinheiro que Israel recebe dos EUA. "Nenhuma classe operária no mundo, como já dizia Marx, luta para piorar seu nível de vida ou para perder seus privilégios. ***Por isso a classe operária israelense não é (e nem será) revolucionária, sequer reformista. É intrinsecamente reacionária.*** Seu bem-estar depende da continuidade e da ampliação da ocupação do território palestino, de seu caráter de Estado policiesco. Não se pode esperar dos trabalhadores judeus uma mudança [de] caráter do Estado sionista, para que este deixe de ser racista e expansionista. Israel não pode ser reformado, só pode ser destruído."
> ***Sobre o movimento dos "indignados" de Israel, Partido Operário Internacionalista (POI – Rússia), setembro de 2011. Ênfase nossa.*** **Disponível em:** http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=13397&ida=0

Comecemos pela caracterização de Israel como um "enclave militar". O regime sionista certamente é financiado pesadamente pelo imperialismo, mas a base da sua existência é também a exploração dos trabalhadores israelenses e das massas palestinas, de forma que não se trata de uma mera instalação imperialista no Oriente Médio. E Israel não é o único Estado que recebe insumos financeiros e militares por ser um aliado fiel das potências imperialistas. O mesmo se dá com vários países árabes, como é o caso da Arábia Saudita, que as grandes potências usam como fantoches locais para contrabalancear os governos burgueses "instáveis", como o Irã.

Além disso, conforme afirmamos em nossa já mencionada declaração, "*A população israelense não pode ser considerada simplesmente como colonos nesse momento da história. Quer queira quer não, se desenvolveu na região uma nacionalidade de fala hebraica.*" (*Defender os palestinos! Nenhuma confiança no Hamas e no Fatah!*, de agosto de 2014). Ao apagar a existência dessa nação (e sua divisão em classes fundamentalmente antagônicas) a LIT reduz a contradição fundamental da sociedade israelense, não à luta entre burgueses e proletários, mas a uma luta de ambos os burgueses e proletários israelenses contra o povo palestino (também aqui tomado em bloco, como se não houvesse contradições de classe).

Os marxistas não se opõem ao direito dos judeus de habitar na Palestina, nem aos direitos daqueles que para lá emigraram. A oposição dos marxistas é ao projeto sionista, que defende um Estado exclusivamente israelense, com um regime teocrático e que oprima as massas palestinas, segregando-as sistematicamente através de métodos jurídicos e militares. Corretamente, a Quarta Internacional foi contra a fundação do Estado de Israel em 1948, ao mesmo tempo em que buscava ganhar os trabalhadores israelenses contra o sionismo **[3].** É de um simplismo absurdo tentar reduzir toda a sociedade israelense de hoje em dia a um "enclave militar". Isso secundariza a divisão dessa sociedade em classes fundamentalmente antagônicas, colocando em um mesmo patamar os exploradores e os explorados.

Em segundo lugar, embora tenha melhores condições de vida do que a maior parte dos seus irmãos nos países vizinhos do Oriente Médio, o proletariado israelense não é mais privilegiado do que aquele dos países imperialistas (na verdade, possui condições de vida bastante inferiores). Tanto sua vida não é perfeita e harmônica, que nos últimos anos temos visto massivos protestos em defesa de mais recursos públicos para serviços e políticas sociais como saúde e educação – algo muito mais próximo de uma consciência reformista do que de uma consciência "intrinsecamente reacionária" **[4]**. A LIT se opõe a esses protestos e, ao menos nisso, tem a mesma atitude dos dos burocratas sionistas que desejam ver tais lutas minguarem e fracassarem.

O fato de que a classe trabalhadora em alguns países é privilegiada em comparação com a de outros não muda o fato de que é da classe proletária que depende uma revolução vitoriosa (e especialmente a classe trabalhadora dos países imperialistas, sem os quais o socialismo não pode triunfar a nível mundial). Essa desigualdade é um elemento estrutural no qual os capitalistas se fiam para dividir a classe trabalhadora em linhas nacionais, mas o trabalhador israelense tem muito mais vantagens em romper com a "sua" burguesia e buscar um poder em conjunto com as massas palestinas do que manter sua atual condição de classe dominada, explorada e oprimida.

Ao contrário dos sionistas, os marxistas argumentam que o sionismo NÃO serve aos interesses objetivos da classe trabalhadora israelita. O Estado de Israel, como Trotsky havia previsto, pode acabar sendo uma "armadilha fatal" para os judeus que emigraram para lá. Os trabalhadores judeus ***não se beneficiam*** de viver sob o capitalismo sionista, e o seu atual apoio à "sua" classe dominante, assim como o apoio que a classe trabalhadora de muitos países presta aos "seus" governos, é uma falsa consciência que os revolucionários devem buscar desmascarar.

Ao fim e ao cabo, é de uma total falta de coerência que supostos marxistas acreditem seriamente que trabalhadores tem a perder ("piorar seu nível de vida" ou "perder seus privilégios") ao derrotar seus patrões e assumir o controle da riqueza por eles produzida. Certamente, do que os trabalhadores israelenses jamais poderão ser convencidos

é apoiar partidos nacionalistas islâmicos como o Hamas (e que o PSTU considerou em 2007 que deveria estar à frente dos palestinos) que são contra seu direito a existir enquanto povo. Mas eles têm todas as razões objetivas para lutar lado a lado das massas palestinas pela destruição do regime sionista e por uma **Palestina socialista dos trabalhadores de todas as religiões e etnias** (que é uma tarefa que o PSTU relega a um futuro incerto). O que impede os trabalhadores israelenses de lutar por esse objetivo é sua cegueira diante da ideologia sionista e a ausência de um partido revolucionário que defenda a união internacionalista dos trabalhadores dos dois povos contra seus verdadeiros inimigos.

Essa escandalosa caracterização realizada pela LIT, faz com que ela subestime completamente o proletariado israelense como um poderoso aliado em potencial das massas palestinas na luta por sua libertação. Tal postura de considerar que a classe trabalhadora de Israel é "intrinsecamente reacionária" também significa o abandono de qualquer perspectiva realista de revolução socialista na região, uma vez que os trabalhadores israelenses constituem atualmente o maior componente da classe trabalhadora.

Esse abstencionismo diante do proletariado israelense é o lado reverso da sua capitulação aos partidos nacionalistas árabes. E tal capitulação é tão profunda que chega ao extremo de defender e legitimar ataques reacionários indiscriminados contra a população israelense,

> "As organizações da esquerda mundial devem responder claramente às seguintes perguntas: estamos a favor de que a atual guerra se desenvolva até derrotar completamente o exército sionista e o Estado de Israel? Estamos a favor de que as ações ***contra a população*** do enclave colonial israelense – por parte do Hizbollah, do Hamas e do Jihad Islâmica – aumentem e sejam cada vez mais efetivas? (...) Aqueles que responderem negativamente a estas questões deixaram de ser revolucionários para, nas palavras de Lênin, transformarem-se em 'meros pacifistas pequeno-burgueses'. ***De nossa parte, reiteramos a resposta afirmativa a cada uma destas questões.***"
> ***Pela destruição do "Estado policial" de Israel, de agosto de 2006.*** **Ênfase nossa.**

Duas coisas estão amalgamadas nesse parágrafo. Primeiro, o PSTU parece se referir à defesa da Palestina e de outras nações oprimidas por Israel (como era o caso do Líbano, que estava sendo atacado em 2006), que é uma tarefa de todos os comunistas consequentes. É evidente que, por desejarem a derrota do Estado sionista por uma revolução, os trabalhadores se beneficiam do enfraquecimento de Israel sob os golpes de uma nação por ele subjugada, ainda que não devam dar nenhum milímetro de apoio político aos nacionalistas burgueses. Mas a seguir, o PSTU reivindica o apoio a atos de agressão contra a população de Israel (o que incluiria certamente a sua classe trabalhadora). Não há nada de "leninista" em apoiar atos sanguinários de ódio étnico. O PSTU menciona Lenin (sem citar nenhum texto seu) afirmando que quem não apoia tais atos é um "pacifista pequeno-burguês". Ainda que não concordem com métodos "terroristas", os comunistas não condenam atos de violência que tenham como alvo membros da burguesia, seu exército e sua estrutura de repressão (como aqueles que realizavam os Narodiniki russos). Mas nada há de vantajoso para os trabalhadores em reivindicar ataques, digamos, a residências, escolas ou estações de trem em Israel por grupos islâmicos. Tais ataques são reacionários e só reforçam o clima de ódio comunal da região, atingindo principalmente *trabalhadores.*

O fato de os dirigentes da LIT preferirem ignorar os interesses comuns entre os explorados árabes e os explorados israelenses demonstra uma total falta de fibra revolucionária para defender o programa da classe proletária e uma vontade de "escolher a linha de menor resistência". A consciência de classe atrasada dos trabalhadores israelenses, grande parte dos quais (contra os seus interesses objetivos) defende formas de ideologia burguesa como o sionismo, faz tais revisionistas acharem um "refúgio" numa popular ideologia nacionalista árabe, também burguesa, porém mais receptiva. Contra essa capitulação, os marxistas reiteram que a sua guerra contra o regime sionista é uma **guerra de classe**, a ser protagonizada pelos **trabalhadores palestinos e israelenses** (junto às outras classes oprimidas e com apoio dos proletários do restante do Oriente Médio). A posição dos revolucionários de defesa tático-militar dos palestinos contra Israel, incluindo alianças tático-militares com os partidos burgueses ou pequeno-burgueses palestinos que resistem aos ataques sionistas, deve sempre vir acompanhada de uma denúncia implacável da falsa política do nacionalismo burguês.

Nahuel Moreno e seu fatalismo antimarxista

A capitulação da LIT ao programa do nacionalismo árabe (já abandonado por seus próprios representantes) e aos limites capitalistas desse programa possui em sua raiz as posições programáticas desenvolvidas por **Nahuel Moreno**, o falecido dirigente argentino fundador dessa organização. Em 1982, numa polêmica publicada em *Correio Internacional* número 8 (setembro de 1982), Nahuel Moreno discutiu com um companheiro da seção chilena da LIT, que levantou críticas bastante pertinentes (ainda que limitadas) à sua política oportunista. O primeiro questionamento levantado pelo "companheiro chileno" (cujo nome não é revelado) foi o seguinte:

> "1. Por que levantamos como consigna central a de 'Palestina laica, democrática e não racista' burguesa? Por que estamos pela construção de um Estado burguês na Palestina? Fica entendido que, se surgir um Estado com essas características na luta

wikipedia.org

Em 2011 massivos protestos varreram Tel Aviv, em torno de demandas por moradia, saúde e educação de qualidade. Isso mostra o potencial de luta que emana das contradições capitalistas a que também se encontram submetidas as massas israelenses

contra o sionismo e o imperialismo, o apoiamos, mas não está claro porque hoje a reivindicamos como nossa consigna". "2. Não fazemos com isso uma concessão à ideologia reacionária da 'revolução por etapas', tão cara ao estalinismo e à pequena-burguesia? Se não nos equivocamos, essa foi a consigna central do estalinismo e da burguesia e pequena-burguesia palestina até agora pouco (como assinala *Correio Internacional* 7). Não dizemos o mesmo que o estalinismo quando afirmamos que esse Estado burguês palestino servirá 'como um passo na luta pelo socialismo' (declaração da LIT)?".
***"Carta de um camarada chileno" (espanhol).* Disponível em: http://tinyurl.com/h6pd6dt.**

De fato, Moreno realizou uma profunda revisão do arcabouço programático do marxismo na questão da estratégia revolucionária. Diferente do esforço feito pela Internacional Comunista e pela Quarta Internacional para buscar uma estratégia para a revolução proletária mundial mesmo nos países atrasados do capitalismo, onde era fundamental ganhar o apoio do campesinato (que era maioria da população), Moreno se adaptou à ideia de que era necessário se limitar a um programa democrático-burguês numa "primeira fase" da revolução em todos os países do mundo. Ele colocou abertamente que era necessária uma "etapa", que chamou de "revolução democrática", na luta pela revolução socialista. Isso não é uma leitura parcial, mas algo que Moreno afirmou abertamente:

"Aqui há um problema político grave, tremendo, que toco de passagem – se tivermos tempo, faremos um grande livro. Parece que o fato da contrarrevolução capitalista recolocou a necessidade de que haja uma revolução democrática. E ignorar que o que está acontecendo nos países adiantados, onde há regimes contrarrevolucionários, também é uma revolução democrática, é maximalismo, é tão grave quanto ignorar a revolução democrático-burguesa nos países atrasados. Isto é muito importante. Não sei se é correto ou não. Se é correto, é preciso mudar toda a formulação das Teses da Revolução Permanente."
***Escola de Quadros, "Teoria da Revolução"* (espanhol), 1984. Disponível em: http://tinyurl.com/jkmygn8.**

Tal postura altera a forma como se lida com os partidos burgueses e pequeno-burgueses. De inimigos da revolução proletária aos quais não se pode dar nenhum apoio político e dos quais se deve expor a capitulação e as vacilações para ganhar de suas bases os trabalhadores conscientes, eles passam a "líderes" de uma "revolução democrática", aos quais os morenistas dão seu apoio. Prossegue Moreno:

"Se é correto, muda toda nossa estratégia com respeito aos partidos oportunistas e, em boa medida, com respeito aos partidos burgueses que se opõem ao regime contrarrevolucionário. Como um passo até a revolução socialista, nós estamos a favor que venha um regime burguês totalmente distinto."
Idem.

Este "etapismo" descarado, a disposição em orientar a luta do proletariado em torno de tal "revolução democrática", a qual jamais existiu fora da imaginação fértil de Moreno e dos seus seguidores **[5]**, "mudam a estratégia com relação aos partidos burgueses". Na sua carta, o "companheiro chileno" astutamente pergunta: *"O nosso método é seguir pela 'esquerda' a pequena-burguesia e ir retomando os restos das consignas que ela abandona no caminho de sua capitulação diante do imperialismo?"*.

Efetivamente, Moreno e a LIT renegaram a posição trotskista de que a luta pela revolução proletária deve estar em primeiro plano político inclusive na defesa de uma nação oprimida. Moreno e Cia. renegam também que o sujeito político dessa revolução deve ser o partido de vanguarda do proletariado, armado com o programa bolchevique. Contrariando os ensinamentos fundamentais da Teoria da Revolução Permanente, preferem depositar suas esperanças na falsa noção de uma "revolução democrática" como a antessala daquela, sendo esta supostamente liderada por partidos oportunistas e mesmo burgueses.

O método de Moreno portanto não é o do marxismo, que é encontrar as formas de ganhar o proletariado para o programa da revolução socialista, fazendo-o romper com a ideologia burguesa e com os partidos burgueses, mas sim um método **objetivista**, para o qual não importa a atual liderança das massas ou seu caráter de classe, deve-se tentar "empurrá-la" para o caminho da "revolução democrática" (mesmo quando esses partidos burgueses rejeitam as demandas democráticas mais básicas, como é o caso do Hamas). Esse é também o motivo do seu abandono da luta para ganhar o proletariado israelense para o programa do marxismo, já que este é muito mais politicamente atrasado. Na sua resposta ao "companheiro chileno", Moreno dá

uma verdadeira "aula" do seu método objetivista:

> "Se o propósito decisivo e fundamental é a destruição do Estado sionista, ***se trata de estabelecer quais são as forças objetivas que neste momento estão embarcadas nessa tarefa progressiva, histórica, e quais são as melhores consignas para apoiá-las e conseguir com que cumpram seu compromisso com o maior entusiasmo e força***." "Acaso estão fazendo isso os explorados e discriminados sabras e sefarditas de Israel? Ou são os trabalhadores asquenazes? Nesse momento essas forças são o baluarte do Estado sionista e não a vanguarda da sua destruição. A aristocracia operária asquenaze, através do Partido Trabalhista, está em tudo com o sionismo. Os sabras e sefarditas deram a base eleitoral a Begin e apoiaram com entusiasmo seu plano de colonização das terras árabes." "Isso deixa atualmente como único setor social em luta permanente contra Israel o movimento árabe e maometano, em cuja vanguarda indiscutível estão os palestinos, expulsos de sua pátria pelos sionistas. Há 34 anos, quando se construiu o Estado racista, a forma de lutar pela sua destruição é apoiar a justa guerra dos palestinos e muçulmanos. ***Não vemos outra, porque não há outra força na realidade objetiva que se enfrente, de armas na mão, contra o sionismo.***" (ênfase nossa).
> ***Polêmica sobre o Oriente Médio (espanhol).*** **Disponível em: http://tinyurl.com/h6pd6dt.**

O marxismo considera que a única classe consistentemente revolucionária da sociedade moderna é o proletariado. Os revolucionários não se desesperam diante da atual consciência atrasada dos trabalhadores. No *Programa de Transição*, Trotsky falou sobre a distância entre as tarefas históricas colocadas para o proletariado e o seu nível atrasado de consciência para cumpri-las. É preciso pacientemente construir aos poucos uma consciência revolucionária no seio das lutas do proletariado. Mas o que Moreno fez foi aceitar como "fato consumado" o atraso dos trabalhadores israelenses e que a liderança da luta contra o regime sionista seria a burguesia árabe, na figura da OLP, ignorando completamente as traições realizadas por essa direção, prometendo "apoiá-la", adaptando para isso as suas consignas e o seu programa. Esse método é mantido até hoje pelos seus seguidores. Apoiar qualquer força "objetiva" (ou seja, com influência de massas) em luta contra governos inimigos do proletariado, independente do programa, liderança e classe social que esta força represente. É evidente que a OLP jamais cumpriu a esperança dos morenistas. Ao contrário, seguiu a sua trajetória esperada e cada vez se adaptou mais aos interesses sionistas e imperialistas.

Outro questionamento do "companheiro chileno" foi: "*Por que sequer caracterizamos a OLP no Boletim Interno? Acaso não é uma organização frentista controlada pela burguesia e pequena-burguesia, com Arafat como expressão disso? Não é uma organização que já deu várias amostras de sua capitulação – em aberta contradição com o incrível heroísmo demonstrado pelo povo palestino?*". Em seu entusiasmo por embelezar a OLP como liderança de sua "revolução democrática", Moreno rasgou completamente o marxismo:

> "Vocês caracterizam a OLP como se fosse um partido político a mais. Para nós, representa a nacionalidade palestina como organização estatal *sui generis* laica, democrática e não racista, em guerra. É quase um Estado: é uma frente única que abarca todo o movimento palestino em luta para reconquistar sua pátria e voltar a ser um Estado. De fato, é um governo, exigimos o seu reconhecimento do mesmo modo como fazíamos pela FSLN na Nicarágua. É uma nacionalidade organizada à qual suprimiram a terra: quando a recuperar, voltará a ser nação. É uma nação sui generis." "Quando vocês não reconhecem essa função da OLP, considerando-a uma simples fração política dos palestinos, dão um fundamento 'de esquerda' à caracterização do imperialismo. Ele também não a reconhece como organização nacional palestina, definindo-a como uma corrente terrorista."
> ***Idem.***

Influenciado pela popularidade que então tinha a reivindicação da OLP de ser algo como um "governo no exílio" e legítimo representante das massas palestinas, Moreno introduziu uma categoria alheia ao marxismo, de que um partido político pode representar "uma nação" como um todo, cada uma de suas classes, do proletário e do camponês ao grande capitalista. Rejeitamos o amálgama morenista de que aqueles que expuseram o caráter burguês da liderança da OLP estavam "fundamentando a caracterização do imperialismo". Trotsky combateu precisamente esse tipo de revisionismo básico contra Stalin e sua caracterização de que o partido nacionalista Kuomintang era um "partido de quatro classes" ou de que os governos burgueses de Frente Popular eram "governos democráticos antifascistas". Em todas essas ocasiões, eram os estalinistas que defendiam a colaboração com a burguesia disfarçando-a de "representante de todas as classes democráticas". Os marxistas não precisam inventar esse tipo de artimanha porque seu compromisso é com a revolução do proletariado. Ainda que taticamente possam defender alianças militares com os partidos burgueses de uma nação oprimida, como é o caso dos palestinos, reconhecem nestes o seu caráter de classe. A caracterização de Moreno servia apenas para tentar blindar a OLP de criticas, e assim pavimentar o caminho de sua traição das massas palestinas.

Temos aqui duas estratégias distintas: a do morenismo e a do marxismo revolucionário. O primeiro

consiste em adaptar as palavras de ordem e as consignas ao objetivo de tentar "empurrar" os partidos nacionalistas burgueses para cumprir uma "revolução democrática" cujas demandas estes próprios rejeitam, e que teria como resultado esperado um Estado burguês. Também considera o proletariado israelense da região parte do mesmo bloco que seus opressores e se posiciona contra as lutas deste. Esse esquema se mostra completamente falso cada vez que um dos "líderes" da suposta "revolução democrática" trai as massas palestinas. Já o método do marxismo prevê corretamente que essas organizações burguesas vão inevitavelmente trair as massas palestinas, e deseja reunir estas sob a liderança do proletariado, ao mesmo tempo em que quer dividir o "monólito" sionista em linhas de classe. Busca assim unificar a luta dos trabalhadores israelenses e árabes em torno dos seus interesses comuns de classe e dos direitos democráticos dos palestinos na luta pela revolução socialista, que construa um governo proletário que possa acender a faísca da revolução internacional. Nesse momento, essa é a única via realmente realista para os que querem lutar pelo socialismo na Palestina.

Por uma aliança internacionalista entre trabalhadores árabes e israelenses!

O problema fundamental do proletariado na Palestina é a ausência de um instrumento com influência de massas que combata o Estado de Israel com os métodos e a bandeira internacionalista da classe trabalhadora, o partido revolucionário conjunto dos trabalhadores israelenses e palestinos que lute para pôr um fim definitivo ao terror sionista. Este objetivo só pode ser obtido através da mobilização dos trabalhadores das duas nações em prol da defesa dos palestinos e por demandas democráticas e transitórias que desmascarem o monstro sionista, assim como os débeis governantes da "Autoridade Palestina".

Diante da inexistência de tal partido, os revolucionários não devem se adaptar à consciência atual dos trabalhadores, nem às variantes mais "radicais" dos interesses burgueses, como o Hamas. O seu papel é lutar contra as tendências nacionalistas, socialdemocratas ou stalinistas presentes no seio da classe trabalhadora, reunir e treinar uma coluna de quadros para construírem, quando a oportunidade surgir, o seu partido revolucionário.

Tal partido deve defender os direitos nacionais dos palestinos, incluindo o direito de retorno daqueles palestinos que emigraram à força, bem como a expropriação e socialização de toda a riqueza produzida pelos trabalhadores palestinos e israelenses e a utilização democrática, racional e planejada desses recursos para melhorar radicalmente as condições de existência desses dois povos, a viverem de forma fraterna em uma terra compartilhada por irmãos de classe, sem ódio religioso ou étnico. Apenas um partido assim será reconhecido pelos trabalhadores das duas nações como verdadeiramente seu – e carregará a bandeira da sua próxima vitória.

NOTAS

[1] Leia nossa declaração: *Defender os palestinos! Nenhuma confiança no Hamas e no Fatah!,* de agosto de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/zp8cypk.

[2] Veja, por exemplo, todas as declarações recentes publicadas pelo PSTU sobre a questão palestina. Nenhuma toca (sequer menciona) na questão das tarefas de uma revolução socialista, se limitando sempre ao programa da "Palestina laica, democrática e não racista":
Gaza: uma vitória palestina: http://www.pstu.org.br/node/20963
Os sinais da Terceira Intifada: http://www.pstu.org.br/node/20864
Juventude Palestina, exemplo de força e resistência: http://www.pstu.org.br/node/20864
Repudiamos a nova agressão de Israel aos Palestinos: http://www.pstu.org.br/node/20864

[3] *A posição trotskista na Palestina: Contra a Corrente* (1948): http://tinyurl.com/zfofqfs.

[4] Tendo em vista o reacionário antissemitismo tão disseminado entre os russos por gerações de brutais opressores (dos Czares a Stalin), é preocupantemente suspeito que o artigo afirmando que os trabalhadores israelenses não podem ser "sequer reformistas" tenha sido escrito justamente pela seção russa da LIT, o POI. Cabe ressaltar que, apesar de essa posição ter sua origem em formulações do próprio Moreno, como demonstraremos na seção seguinte, ela não tem aparecido de forma explícita em artigos e declarações próprias do PSTU ou da direção da LIT. Cabe ressaltar ainda que esse tipo de afirmação justifica diretamente a defesa que a LIT faz de agressões contra a população israelense, como criticamos adiante.

[5] Somente nos últimos anos, tivemos dentre as "revoluções democráticas vitoriosas" propagandeadas pelos morenistas a intervenção imperialista sobre a Líbia que colocou os "rebeldes" no poder e o golpe militar contra o governo da Irmandade Muçulmana no Egito. Confira nossas polêmicas:
De que lado da trincheira?. Disponível em http://tinyurl.com/od7f3e5.
O golpe militar no Egito e a posição escandalosa do PSTU/LIT. Disponível em: http://tinyurl.com/o6vjpnh.

☭

Continuação da p. 34

(CNS) tenta administrar as diferentes unidades do Exército Livre da Síria (ELS), que é um racha das forças armadas do país. Desde 2011, o ELS ganhou importantes posições no país, mas muitas foram perdidas de volta para Assad ou tomadas pelo Estado Islâmico. Em nosso artigo de 2012, nós explicamos a composição política e militar do CNS/ELS: as ligações dos seus componentes principais com os imperialistas e o seu programa burguês. Desde então, o ELS foi pouco a pouco dominado por forças de orientação religiosa (principalmente os líderes sunitas insatisfeitos com os aspectos seculares do regime alauita de Assad). O ELS também passou a operar junto com outras forças, tais quais a "Frente Islâmica" que se originou em 2014.

Apesar das ilusões na esquerda de que suas operações contra o regime Assad constituíam parte da "revolução síria", deixamos claro naquele artigo que esses "rebeldes" não são uma força política que vá trazer conquistas para os trabalhadores sírios, menos ainda para as minorias nacionais do país.

Os Estados Unidos não conseguiram uma aliança duradoura com a maioria dos rebeldes, que não foram

considerados “moderados” o suficiente. Washington tem tomado mais cuidado com seus aliados desde a desastrosa experiência na Líbia, onde muitas das armas enviadas acabaram caindo nas mãos de extremistas antiamericanos. Algumas unidades específicas do ELS, entretanto, receberam significativa ajuda militar dos Estados Unidos e, nesse momento, Obama já começou a treinar o seu próprio “grupo rebelde”, o qual deve ser denunciado enquanto uma tropa terrestre do imperialismo. Conforme noticiado:

> “Os EUA decidiram fornecer caminhões com metralhadora e rádios para chamar bombardeios aéreos a alguns rebeldes sírios moderados, disseram oficiais da Defesa. Mas não foi combinado o alcance de nenhum bombardeio – um reflexo das complexidades do campo de batalha na Síria.
>
> ….
>
> “O plano chega enquanto os EUA preparam-se para começar a treinar rebeldes moderados, que estão travando uma luta em duas frentes contra os extremistas e o regime sírio. Oficiais da Defesa disseram que o treinamento vai começar em meados de março, na Jordânia, com um segundo acampamento previsto para abrir logo depois na Turquia.”
>
> ***Os EUA darão a alguns rebeldes sírios a capacidade de chamar bombardeios, 17 de fevereiro de 2015.*** **Disponível em: http://tinyurl.com/kojxzx5**

[Janeiro de 2016: a entrada da Rússia no conflito a partir de outubro 2015, incluindo tanto ataques aéreos como envio de grandes quantidades de tropas terrestres – inicialmente favorecendo Assad e posteriormente dando apoio logístico e militar também a certas forças rebeldes – complexificou o cenário. Atualmente, tudo aponta para a construção de um governo de transição que contemple os interesses econômicos tanto da Rússia quanto dos EUA, bastante distintos, é bom que se diga, dos interesses dos trabalhadores e do povo sírio.]

Outro competidor reacionário na guerra civil síria que tem ganhado força recentemente é o autodenominado Estado Islâmico da Síria e do Levante (EI). Ele era antes parte de uma mesma operação militar fundamentalista com o Al-Qaeda na Síria (Frente Al-Nusra). Foi a Frente Al-Nusra quem rompeu relações com EI no início de 2014, afirmando que eles eram “intransigentes demais”.

A essa altura, o EI já tinha tomado importantes posições no Iraque. Financiado largamente por barões do petróleo muçulmanos dos países que também estavam dando apoio aos rebeldes, os chamados “Amigos da Síria” (Turquia, Catar e Arábia Saudita), o EI se beneficiou de suas ligações com a oposição síria para obter armas e recrutar combatentes. Chegou ao poder em importantes cidades iraquianas como ponta de lança de uma revolta sunita contra o governo xiita apoiado pelos Estados Unidos. A partir de então, o EI controlava um território maior do que o Al-Qaeda jamais foi capaz. Muitas das cidades sob seu poder tem uma grande produção petrolífera, que o EI exporta para financiar seu esforço expansionista. Ele está em guerra contra o governo iraquiano (que recebe ajuda de tropas americanas no terreno) com a intenção de construir um “Califado” sob seu rígido controle. Por volta da mesma época, o EI reforçou suas posições na Síria e tomou províncias no desértico leste do país, e toda a região de fronteira entre o Iraque e a Síria. Ele tem lutado ao mesmo tempo contra Assad e forças oposicionistas, especialmente unidades do ELS.

O EI parece ser a mais bem treinada e equipada das forças de oposição ao governo. Cerca de 8 milhões de pessoas vivem nas cidades que ele controla nos dois países e o grupo conseguiu estabelecer um tipo de “economia de guerra” na qual a população fica dependente deles para obter comida e outras necessidades, o que até agora garantiu uma colaboração passiva com a sua ocupação. Eles tem perseguido severamente minorias não-muçulmanas (e mesmo alguns grupos muçulmanos) e se gabam a respeito de escravizar e vender mulheres de outras religiões, assim como de massacrar grupos de aldeões não-muçulmanos. O EI controla cerca de um terço do território sírio, onde impuseram a Lei Islâmica / Sharia.

Consideramos o Estado Islâmico uma forma de reação fundamentalista que busca eliminar mesmo os direitos políticos, sociais e seculares mais básicos do povo. Se o EI for vitorioso em todo o território sírio, isso significaria a queda de muitas minorias étnicas e religiosas em uma condição de escravidão, ou sua simples execução. Um partido revolucionário de trabalhadores na Síria buscaria defender o povo oprimido e organizar as massas trabalhadoras das cidades e do campo contra esses bandidos cruéis. A sua derrota é essencial para os trabalhadores. Porém, nosso chamado para derrotar o EI não muda nossa denúncia e oposição à intervenção aérea conduzida pelos Estados Unidos.

Os imperialistas não apresentam uma alternativa de melhoria de vida para o povo sírio e já foram capazes de ações dezenas de vezes mais bárbaros que as do EI. O crescimento do EI é, em última instância, um subproduto da sua desastrosa ocupação do Iraque, apenas para dar um exemplo. Enquanto o governo e a grande mídia americana expõem as crueldades do Estado Islâmico, escondem os atos de terror cometidos pelos seus aliados na Síria, que também incluem muitas atrocidades (sem mencionar o alto número de vítimas e ferimentos provocados pela morte que cai do céu na forma de bombardeios).

Nós não temos nenhuma pena pelas derrotas que os imperialistas sofrerem no Iraque e na Síria. Não nos esquecemos dos crimes cometidos pelos imperialistas no Iraque (incluindo as mortes de cerca de 120.000 civis iraquianos) e consideramos sua expulsão do Oriente Médio, assim como a derrota de suas “tropas terrestres”, como uma prioridade. Mas apesar do fato de que o EI tem sido o alvo dos bombardeios imperialistas, a sua conquista

de cidades iraquianas e sírias com objetivo de estabelecer regimes de terror não é nenhuma forma de "luta anti-imperialista" e sim uma ação reacionária.

As "boas intenções" de Obama em bombardear o EI para supostamente salvar minorias na Síria são mentirosas. A intervenção americana tem o propósito único de garantir seu poder sobre o país. Qualquer um que duvide das intenções dos EUA (e de outras grandes potências) na Síria deveria olhar para os "grandes experimentos de democracia" que se tornaram a Líbia e o Iraque. Os bombardeios americanos tem a intenção de ganhar tempo e conter o EI (ao mesmo tempo em que o usa para cansar o regime Assad) enquanto Washington organiza melhor as forças leais a si no território sírio.

[Janeiro de 2016: Atualmente, esse parágrafo parece ter se desatualizado diante da aparente decisão dos EUA, França e Grã-Bretanha de destruir o EI, pressionados pelos bombardeios russos em defesa de Assad e pelo alarme mundial com relação aos fundamentalistas. Porém, na altura em que esse texto foi escrito, tudo indicava que a estratégia dos EUA girava em torno de "administrar" a situação, deixando o EI enfraquecer Assad e buscando fortalecer as posições dos rebeldes mais "moderados".]

Além de levar em conta as ameaças dos imperialistas de um lado e do Estado Islâmico de outro, não se pode perder de vista que uma revolução proletária na Síria só pode vencer por cima do cadáver morto da brutal ditadura de Assad. O ditador e seu partido impuseram a ordem capitalista sobre a classe trabalhadora por décadas, com os mais brutais métodos. Seria prioritário organizar autodefesas entre os trabalhadores, especialmente das minorias perseguidas contra os vários exércitos em disputa, garantindo assim um polo politicamente independente das forças reacionárias que lutam pelo poder.

A esquerda sem independência de classe

Os grupos na esquerda que afirmam defender a vitória de uma inexistente "revolução síria" contra Assad usam a ausência de um processo como esse como fachada para apoiar os esforços do Exército Livre da Síria. O argumento principal é de que muitas das unidades que nele participam não são subordinadas à Coalizão Nacional Síria. Seriam, em vez disso, forças populares emergindo das ruas e dos protestos da Primavera Árabe.

Essa é a posição, por exemplo, do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU), cuja seção no Brasil é a corrente Insurgência, do PSOL. Em seu site internacional, foi publicada uma entrevista com um membro de um desses grupos aderentes do ELS e que se reivindicaria marxista. Quando foi perguntado sobre a cooperação com outras unidades do ELS, o combatente respondeu:

> "Existe cooperação e coordenação, mas de forma limitada. Por um lado por conta das diferentes visões e objetivos, ou disparidades entre posições devido à localização geográfica onde os camaradas estão lutando e a natureza das outras organizações. Por outro, essas organizações em geral não aceitam ninguém mais...."
>
> **"*Nossa falta de armas nos põe em uma situação de fraqueza*", 18 de janeiro de 2015. Disponível em: http://tinyurl.com/nhjea3b**

Não surpreende a dificuldade de coordenação com as outras unidades do ELS, já que muitas delas são lideradas por oficiais leais e subordinados ao CNS, e através deste aos seus patrões imperialistas. Isso para não mencionar aquelas unidades que mencionamos, que recebem treinamento e armas diretamente dos imperialistas. Isso sem esquecer os vários grupos islâmicos que também estão sob o teto do ELS.

O ELS é certamente um exército heterogêneo. Mas a pergunta que o site do SU não fez a esses combatentes, e que deveria ser o primeiro questionamento é: por que essa organização (que o SU considera "marxista revolucionária") está trabalhando lado a lado com esses tipos? Por que eles, em vez disso, e já que afirmam representar a classe trabalhadora síria, não organizam uma brigada independente, oposta aos elementos que estão mancomunados com os imperialistas para vender o país caso consigam derrotar Assad?

De certa forma, o dilema desses combatentes é o mesmo dilema do SU e das demais correntes que apoiam os rebeldes contra Assad. Não querem defender uma posição proletária independente do CNS e do ELS e só veem possibilidade imediata de derrubar o regime junto com essas forças reacionárias. Por isso, abandonam qualquer pretensão de uma política marxista e passam a embelezar a natureza e o programa do ELS, ainda que criticando sua liderança.

Conclusão muito semelhante é compartilhada por outros grupos que dizem reivindicar o trotskismo, como aquela da morenista Unidade Internacional dos Trabalhadores, cuja seção brasileira é a corrente CST, do PSOL, com a qual polemizamos de forma mais extensa em artigo de outubro de 2012 (*O Morenismo e a Posição da CST/UIT na Síria*), ou como pela também morenista Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT – dirigida pelo PSTU brasileiro).

Apesar da aderência inevitável de elementos iludidos por uma ideologia pretensamente "democrática", reafirmamos que o ELS é, como um todo, controlado por oficiais do CNS e outras forças burguesas. Não há nada para ser ganho para a classe trabalhadora ao ajudar esse exército. A não ser que o SU e outros grupos, como a UIT ou a LIT, acreditem em algum tipo de "dinâmica" mágica que vá colocar a classe trabalhadora no poder ou numa posição melhor no instante em que Assad cair pelas mãos dos rebeldes ou do imperialismo. Já vimos esse filme na Líbia, na Ucrânia e em muitas outras ocasiões em que tais grupos apoiaram o "movimento de massas" com uma liderança reacionária.

A questão curda e a batalha por Kobane

No cenário já complexo que é a guerra civil na Síria, as coisas ficam ainda mais densas ao levar em conta o elemento curdo. O Curdistão é a maior nação sem Estado no mundo. Estamos falando de cerca de 30 milhões de pessoas divididas pelo território da Turquia, Irã, Iraque, Armênia e uma pequena região no norte da Síria (Rojava). Tal ordem de coisas é um legado da prática de "dividir para dominar" do imperialismo britânico após a queda do Império Otomano.

Os marxistas defendem os direitos nacionais dos curdos, incluindo o direito à autodeterminação, ao uso do idioma em todas as esferas da vida e contra todas as formas de segregação. Mas isso não significa que consideramos a separação territorial das regiões curdas como uma "solução" para os problemas dos trabalhadores dessa nacionalidade. Tomaríamos o lado curdo em uma guerra pela independência ou por autonomia regional (incluindo o apoio militar) se esse for o desejo desse povo em qualquer momento.

Ao mesmo tempo, a separação nacional é, para os marxistas, um interesse subordinado à luta proletária. Há questões políticas de maior prioridade, como a independência de classe dos trabalhadores e a defesa das nações oprimidas contra os ataques imperialistas. Eis um exemplo ilustrativo. Em 2003, quando os EUA atacaram o Iraque, os líderes nacionalistas burgueses do Curdistão iraquiano apoiaram a invasão imperialista contra o regime de Saddam Hussein, em busca de promessas de maior autonomia regional.

Defendemos todo e qualquer ganho de autonomia para a população curda. Mas quando o Peshmerga (o exército dos curdos iraquianos) estava lutando sob comando do exército americano, não era uma força pela independência curda contra Bagdá, mas um braço do projeto imperialista de subjugar toda a região. Assim, nos oporíamos aos esforços dos capitalistas curdos para apoiar a invasão imperialista, ao mesmo tempo em que seguiríamos defendendo os direitos nacionais curdos.

Hoje, uma situação parecida ressurge no Iraque, com a coalizão liderada pelos EUA contra o Estado Islâmico. Os principais partidos políticos curdos no território iraquiano, KPD (Partido Democrático Curdo) e PUK (União Patriótica do Curdistão), apesar de sua suposta rivalidade, usam sua posição à frente do governo regional no norte do Iraque para apoiar os imperialistas.

storify.com

O cerco à Kobane: tropas do ISIS por todos os lados e tropas turcas na retaguarda

Mas enquanto no Curdistão iraquiano a cena é dominada pelos capachos imperialistas, na Síria a força política mais influente entre a população curda é atualmente o Partido da União Democrática (PYD), que é o associado sírio do antes maoista Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que opera na Turquia. Em 2012, as tropas leais a Assad se retiraram completamente das regiões curdas, o território conhecido como Rojava. Não está claro se devido a limitações militares ou como uma tentativa demagógica de ganhar apoio dos curdos, ou ambos. E desde então Rojava basicamente ficou sob controle do PYD. Através de sua organização militar, as Unidades de Proteção Popular (YPG), o PYD entrou em confrontos com ambos o regime Assad e a oposição, em diferentes ocasiões. Mas desde que o avanço do Estado Islâmico no norte começou, o YPG tem entrado consistentemente em choque com ele.

As investidas do EI no território sírio colocaram-no em conflito com os curdos em julho de 2014 em Kobane (um dos três cantões sob o governo do PYD próximos da fronteira com a Turquia). Isso chamou atenção mundial e a resistência curda ganhou vasta simpatia, ficando conhecidos como os "revolucionários que enfrentam o Estado Islâmico". O EI finalmente foi derrotado na região no começo de 2015 através de uma combinação da luta incansável dos curdos (que estiveram sempre em inferioridade técnica) e bombardeios imperialistas. Kobane ficou sitiada por meses, durante os quais muitos grupos na esquerda (especialmente alguns anarquistas) falavam de um caráter revolucionário da resistência curda.

O PYD é um partido fundado em 2003 por ativistas simpatizantes do PKK na Síria. Ele era considerado pelo governo sírio como um fator de instabilidade devido a seu apoio popular e por operações clandestinas nas regiões curdas. Sua principal fonte de orientação ideológica é o PKK, que foi criado em 1978 como um grupo maoista dedicado à resistência armada contra a opressão da população curda na Turquia e que tem uma longa história de resistência contra o governo.

Mas, aparentemente, o PKK não é mais um aderente do maoismo, com suas práticas stalinistas de perseguição a oposicionistas internos e um programa de "guerra popular" cambaleando entre um programa democrático burguês de "Nova Democracia" e a perspectiva de reproduzir um regime burocrático de economia estatizada, como a China de Mao. De acordo com muitos relatos, desde a prisão de Abdullah Ocalan (seu líder histórico) em 1999, o PKK tem passado por uma transformação programática rumo ao que é descrito pelo próprio Ocalan como "Confederalismo Democrático". Esse é um ponto de vista inspirado por autores libertários e que busca a construção de "autogovernos populares" sem Estado, em

cada localidade.

O PKK ainda é considerado pela OTAN e pelo governo turco como uma “organização terrorista” e os marxistas por todo o mundo tem o dever imperativo de defender o grupo contra todos os ataques vindo do brutal regime de Erdogan. Com exceção de alguns breves períodos de trégua (o último dos quais vem desde 2013), o PKK tem continuamente lutado contra o regime turco por autonomia para as regiões curdas. Mas embora seja difícil dizer quão consolidado é esse giro (é preciso lembrar que o PKK segue uma organização clandestina), ele parece ter mudado definitivamente a feição do grupo.

Para os trotskistas, os trabalhadores e camponeses precisam construir um poder baseado em suas próprias forças para esmagar a dominação militar, política e econômica da burguesia e impedir suas tentativas de retornar ao poder após uma insurreição vitoriosa. Esse autêntico “governo de trabalhadores” deve abranger todo o território e se basear em representantes eleitos democraticamente pelos proletários e camponeses (e revogáveis pelas assembleias que os elegeram). Essa é a fórmula capaz de equilibrar a natureza local da gestão democrática direta com os interesses de grande escala da classe trabalhadora em todas as áreas.

Por último, mas não menos importante, esse governo deve dar apoio internacionalista e suporte material e político aos proletários dos outros países nas lutas para derrotar as “suas” burguesias. O socialismo não pode ser alcançado em bases nacionais e, em última instância, nenhum governo de trabalhadores pode sobreviver isolado em um mundo dominado pelo imperialismo. O programa político do PKK/PYD parece passar por cima da necessidade de construir essa “ditadura proletária” baseada em uma economia coletivizada e no poderio militar centralizado dos trabalhadores.

Como foi mencionado, o PYD tem o controle militar da região de Rojava. Ele adotou uma “Carta do Contrato Social de Rojava” no início de 2014 e esse documento constitucional não faz nenhuma menção ao socialismo, controle coletivo dos meios de produção ou democracia operária. Trata-se de uma combinação confusa de participação comunitária e manutenção da propriedade privada. O artigo 41 assegura que “Todos tem o direito de possuir propriedades e a posse pessoal é garantida”, enquanto o artigo 42 diz que o sistema econômico busca “garantir a economia participativa enquanto promove a competição de acordo com o princípio da gestão democrática ‘A cada um de acordo com seu trabalho’.”

[Janeiro de 2016: Com a derrota do EI, o PYD se estabeleceu em uma região onde todos os partidos e governos burgueses haviam sido derrotados ou se retirado. Ele não é um partido burguês, mas uma organização baseada na mobilização de trabalhadores e camponeses da região. As condições são as mais propícias para o estabelecimento de um governo proletário, com controle democrático dos trabalhadores e camponeses sobre os meios de produção, a política e o exército. No entanto, vemos que o PYD não tem clareza sobre a natureza do regime que ele quer construir. Embora tenha um discurso democrático, a manutenção da propriedade capitalista coloca limites claros de desigualdade e de democracia na sociedade. Diante do que aconteceu até o momento, não existe nenhuma garantia de que o governo do PYD romperá com a burguesia de forma definitiva. Os lutadores da região devem lutar por uma direção revolucionária e combater as vacilações da atual.]

Durante e após a batalha contra o Estado Islâmico em Kobane, o PYD também propagou perigosas ilusões nas unidades Peshmerga do governo regional curdo no Iraque (das quais recebeu armas) e na intervenção aérea dos EUA. Eles soltaram uma declaração pública “agradecendo” a ambos por sua luta contra o EI, durante a qual o PYD deu aos EUA aconselhamento militar tático (onde realizar os bombardeios). Um líder do PYD, Saleh Muslim, expressou essa postura em várias declarações à imprensa:

> “De acordo com Muslim, a coalizão internacional ‘salvou as vidas de muitos civis’ na sua guerra contra o EI.… Ele também agradeceu à coalizão internacional liderada pelos EUA por apoiar os curdos em sua dificuldade e por ajudar as forças do YPG a resistirem ao grupo radical EI. ‘Tais operações reforçam a relação entre os curdos e os Estados que defendem a democracia e a paz’, concluiu Muslim.”
>
> “***Curdos sírios instam coalizão liderada pelos EUA a intensificar os ataques contra o EI em Kobane”, 13 de outubro de 2014.*** **Disponível em: http://tinyurl.com/pkzaufb**

Apesar disso, acreditamos que os marxistas deveriam defender Kobane contra o avanço dos reacionários fundamentalistas do EI. O que os trabalhadores e militantes com intenções revolucionárias em Rojava precisam urgentemente é de uma orientação política que seus líderes não tem a oferecer: a construção de um poder direto dos trabalhadores. Mais importante, é preciso garantir que não se desenvolvam expectativas ou ilusões no caráter dos governos burgueses do Curdistão iraquiano ou nos bombardeios americanos.

Os EUA tinham a intenção de conter o avanço do EI em Kobane (na fronteira com a Turquia) para os seus próprios propósitos reacionários, e não “ajudar” o povo curdo. Tampouco o governo americano está entre os defensores da “democracia e paz” no mundo. Não esqueçamos que Washington é um grande aliado do regime turco de Erdogan, que durante todo o tempo fez de tudo para impedir que o PYD recebesse ajuda das bases do PKK na Turquia. Não condenamos o PYD por ter conseguido armas de qualquer fonte que as estivesse oferecendo (desde que sem imposição de condições). E ele certamente tinha o direito de se beneficiar taticamente do fato de que o EI estava sendo alvo dos imperialistas, desde

que tivesse clareza sobre a natureza dos bombardeios.

O sectarismo de parte da esquerda contra os lutadores de Kobane

Alguns grupos na esquerda se basearam nas posições oportunistas da liderança do PYD para justificar ***tomar o lado do Estado Islâmico (!!!)*** em Kobane. Esse é o caso da seita degenerada (mal) disfarçada de organização trotskista que é a Liga Espartaquista dos EUA. Em uma edição do seu jornal, eles expuseram suas razões:

> "Forças do governo iraquiano e peshmerga curdos no Iraque estão novamente conduzindo operações militares conjuntas com os EUA, como fizeram por anos sob a ocupação. Mais recentemente, nacionalistas curdos sírios também selaram uma aliança traiçoeira com os EUA na batalha por Kobane no norte da Síria, agindo como auxiliares de bombardeios dos imperialistas e coordenando movimentos militares como um todo. O fato de que todas essas forças são 'tropas terrestres' para a intervenção imperialista significa que os marxistas revolucionários [sic] tem seu lado militar com o EI quando ele atacar os imperialistas e seus agentes, incluindo os nacionalistas curdos sírios, o peshmerga, o governo de Bagdá e suas milícias xiitas."
> ***Abaixo a guerra dos EUA contra o EI!, 31 de outubro de 2014.*** **Disponível em: http://www.icl-fi.org/english/wv/1055/isis.html**

Em sua investida para conquistar Kobane, o Estado Islâmico não estava lutando contra um reduto imperialista, já que não havia quaisquer tropas dos EUA no terreno. O YPG era a única força combatendo os fundamentalistas com armas nas mãos em Kobane e, apesar das posições vacilantes de sua direção, ele não pode ser seriamente considerado uma "tropa terrestre" dos imperialistas. O YPG resistiu ao cerco do EI em Kobane por muitos meses mesmo antes de os imperialistas se envolverem.

Os revolucionários devem criticar as ilusões propagadas por Muslim e pelo seu "agradecimento" cheio de ilusões à coalizão internacional. Mas o que está em questão para determinar que lado tomar em Kobane é se essas posições ou a colaboração militar tática com os imperialistas tornam o PYD uma força subordinada aos EUA em seus esforços para subjugar a Síria.

Acreditamos que o exército americano se aproveitou do conflito em Kobane para bombardear o EI, mas não tinha a pretensão de usar o PYD, que ele ainda considera uma organização terrorista, como uma alavanca para controlar o norte da Síria. Afinal, terminada a batalha, os EUA não foram capazes de ter qualquer controle real sobre Rojava. O PYD, por sua vez, estava se beneficiando dos bombardeios dos EUA, mas não está integrado e subordinado aos esforços militares dos imperialistas na região.

Portanto, a batalha por Kobane não consistiu em agentes dos EUA lutando contra o Estado Islâmico (como quer a Liga Espartaquista), mas sim uma força de resistência curda coordenada (mas não subordinada) com bombardeios americanos, lutando contra os reacionários fundamentalistas. Em tal luta, os revolucionários tinham um lado – com o PYD/YPG contra o EI, enquanto ao mesmo tempo diziam aos trabalhadores e militantes no Curdistão sírio a não confiar que os EUA ou o Peshmerga pudessem ser considerados, mesmo momentaneamente, seus "aliados".

O que essa posição demonstra é que a Liga Espartaquista perdeu completamente seu senso de proporção (se é que tinha algum). A vitória do YPG em Rojava não é a mesma coisa que a vitória dos rebeldes na Líbia em 2011. Não se tratou de uma queda de governo orquestrada pelos imperialistas para colocar um fantoche em seu lugar. O resultado foi a manutenção no poder de um partido curdo com bases populares que havia subido ao poder como fruto da própria dinâmica da guerra civil. A resistência vitoriosa contra o EI foi um contraponto importante para evitar o avanço da reação fundamentalista.

Por resistências proletárias em meio à guerra civil

Diante do elemento de sectarismo religioso presente nas guerras que se desenrolam no Iraque e na Síria (envolvendo a rivalidade sunita/xiita) e o derramamento de sangue de ambos os lados, existe espaço para o surgimento de uma resistência não-sectária da classe trabalhadora contra esses crimes. Se acompanhada do impulso revolucionário de expulsar os imperialistas do Oriente Médio, impedir a vitória dos reacionários fundamentalistas e defender os curdos e outras minorias étnicas, essa posição tem potencial para desenvolver-se rapidamente entre os trabalhadores que não veem nenhuma alternativa entre os competidores pelo poder.

Não existe na Síria nenhum partido de massas da classe trabalhadora (nem mesmo reformista) devido a décadas de opressão do regime de Assad sobre o país. A única federação sindical legalizada é inteiramente submetida à estrutura de Estado controlada pelo Partido Socialista Árabe Baath (o partido do regime). Uma posição de contraste com as que estão postas pela guerra iria imediatamente ganhar simpatia da classe trabalhadora, mesmo se inicialmente representada apenas por um grupo pequeno de quadros programaticamente sólidos e dedicados. Entretanto, embelezar qualquer das forças principais da disputa só pode levar a desastres.

Ações de solidariedade operária sem fronteiras são uma pedra de toque do trotskismo e seriam essenciais para preparar os trabalhadores e camponeses sírios, iraquianos, turcos e curdos contra "suas" respectivas classes dominantes e as maquinações ferozes dos imperialismos. ***A única forma de assegurar uma paz de longo prazo na região é através de revoluções socialistas vitoriosas que ponham fim às rivalidades reacionárias entre clãs capitalistas***

competidores e sua constante dependência de alianças traiçoeiras com os imperialistas.

Além disso, é preciso começar o quanto antes a construção de um partido revolucionário dos trabalhadores na Síria. Junto a um programa socialista completo de controle operário sobre as principais indústrias e revolução agrária no campo, uma organização trotskista na Síria também defenderia um conjunto de demandas democráticas contra o regime e seus adversários reacionários. Isso demonstraria o desejo sem compromissos dos revolucionários em construir uma democracia proletária, em oposição às falsas promessas "democráticas" dos imperialistas.

Panfleto sobre a luta dos servidores estaduais do RJ

Fevereiro de 2016

O Globo

Este panfleto foi distribuído pelo Reagrupamento Revolucionário no massivo protesto dos trabalhadores estaduais do RJ no dia 2 de março (foto). Além dos trabalhadores, o protesto também recebeu o apoio de um grande número de estudantes secundaristas, que lutam contra a situação caótica causada pelos cortes na educação. Ele continua sendo utilizado nas assembleias e atos dos educadores em greve e dos servidores do Estado.

Trabalhadores contra o governo Pezão

Pezão está destruindo os serviços públicos do estado do Rio de Janeiro. A queda de arrecadação de royalties devido à baixa do preço do petróleo revelou o rombo nas contas do estado causado pela transferência de dinheiro público para empresas privadas, isenções fiscais para os empresários, corrupção e má gestão. Os cortes das verbas estão deixando trabalhadores sem salário, fechando escolas, bibliotecas e universidades, causando um caos nos hospitais. O governador não hesitou em lançar também um "pacote de maldades" contra os trabalhadores a população. Ele quer o aumento da cobrança previdenciária dos servidores, congelamento de salários, restrição ou mesmo corte do Bilhete Único etc. Enquanto isso, segue dando bilhões em isenção fiscal para empresários e assumindo dívidas das empresas privadas, como os 39 milhões da conta de luz da Supervia/Odebrecht.

Superar o MUSPE

O MUSPE (que reúne somente as diretorias sindicais de várias categorias) chamou o protesto do dia 3 de fevereiro, que encheu a ALERJ. Isso mostra a disposição de luta dos servidores. Mas para derrotar Pezão será necessária uma luta firme, que fuja da rotina da burocracia que domina a maior parte desses sindicatos. É preciso brigar por assembleias de base em todas as categorias e preparação de uma greve unificada e combativa. Mas a burocracia sindical ***não*** está preparando essa luta. Chamou outro protesto só para o começo de março e uma paralisação de três dias. Se ficar só chamando um ato por mês, fazendo só paralisações curtas, não vai fazer nem cócegas no governo. Não podemos ir a reboque dessa perspectiva, que não almeja sequer organizar os milhares de terceirizados e contratados.

É preciso unidade com os contratados e terceirizados

É preciso unir os trabalhadores por um serviço público, gratuito e de qualidade, com estabilidade e plano de carreira digno. Para isso, não basta a demanda de mais concurso público, porque isso deixa de fora os milhares

de trabalhadores contratados e terceirizados de hoje. Devemos exigir, por isso, também a ***imediata integração desses trabalhadores, com igualdade de direitos***. Temos de romper as barreiras impostas pelo governo e patrões para nos dividir. Mas a burocracia sindical não defende essa perspectiva. Inclusive o PSOL e o PSTU, que dirigem o SEPE, se limitam à visão de "mais concursos".

Nada de rotina e corporativismo

Para essa luta ser vitoriosa, ela não pode ser meramente corporativa, se limitando a defender o pagamento dos salários atrasados. É preciso ***ganhar o apoio da população*** combatendo também os outros ataques de Pezão, questionando por inteiro a lógica de transferência de recursos públicos e "incentivos" às Organizações Sociais (OS) e outras empresas.

Sem capitulação à polícia

Os policiais (e setores militaristas dos bombeiros) reprimem as lutas dos trabalhadores. Apesar de serem servidores do estado, não podemos ter ilusões de que são "amigos" ou aliados da classe trabalhadora. A burocracia sindical não tem o direito de calar os servidores e ativistas que sabem disso e denunciam o papel cumprido pela polícia contra a população negra e os pobres no estado do Rio. Em todas as manifestações, devemos chamar também pelo ***fim da polícia militar e demais forças de repressão.*** Mais uma vez, nem a burocracia sindical e nem o PSOL/PSTU na direção do SEPE falam uma palavra sobre os crimes da polícia, por desejarem um movimento conjunto com a "base" dos policiais.

Confiar em nossas próprias forças

Não dá para ganhar essa luta apostando prioritariamente em apelos à Justiça ou a parlamentares. Se o apoio de deputados existe, deve ser explorado para divulgar a luta. Mas não pode ser mais do que um acessório. Explorar as contradições da Justiça faz parte, mas não substitui a luta. Através da grande maioria dos seus membros, tanto a Justiça como a Assembleia Legislativa são, em última instância, vendidas para os mesmos senhores que mandam no governo Pezão. Está na hora de a classe trabalhadora deixar claro que não vai aceitar os ataques da corja capitalista corrupta de Pezão e seus aliados (incluindo o governo Dilma). Mãos à obra, companheiros! À luta!

- Pagamento imediato dos salários e direitos atrasados!
- Incorporação dos contratados e terceirizados com igualdade de direitos!
- Chega de privatização: por serviços 100% públicos, gratuitos e de qualidade!

Confira também nossos livretos temáticos! Disponíveis em PDF em nosso site ou com um de nossos militantes.

Acesse e confira:

reagrupamento-rr.blogspot.com

Guerra civil síria, Estado Islâmico e a batalha por Kobane

Defender a Síria contra o imperialismo! Por um polo proletário independente!

Por Rodolfo Kaleb, junho-julho de 2015. Atualizado e publicado em janeiro de 2016.

Este artigo foi originalmente escrito entre junho e julho de 2015. Devido a dificuldades internas, ele não pôde ser publicado na época e acabou se desatualizando parcialmente devido à rapidez dos acontecimentos na guerra civil síria. Não obstante, ele ainda responde a uma série de questões políticas que permanecem centrais nesse complexo conflito e também lida com as posições problemáticas de certas organizações que se reivindicam trotskistas. Por conta disso, decidimos publicá-lo acrescentando alguns comentários entre colchetes.

Durante os últimos anos, a população da Síria estava espremida entre uma ditadura de décadas, por um lado, e um conjunto de forças burguesas que queriam formar um novo regime nacional, por outro. Mais recentemente ela também tem se visto diante do avanço territorial dos fundamentalistas do Estado Islâmico e de ataques militares efetuados no país pelos Estados Unidos e outras potências imperialistas. Dedicamos esse texto a aprofundar algumas questões já abordadas há algum tempo, em nosso artigo de setembro 2012 (*O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários*) e a atualizar certos aspectos, levando em conta esses novos acontecimentos.

Mais uma vez, frisamos aquilo que a maior parte da esquerda, inclusive muitos grupos que se reivindicam trotskistas, tem deixado de lado ao tratar da situação nesse país: a necessidade de uma linha de ***independência de classe*** diante das várias forças burguesas que no momento disputam o poder na região. Os marxistas não caem no mito de uma "revolução" supostamente incorporada e liderada pelos exércitos "rebeldes" que combatem o governo circunscritas aos interesses de frações da burguesia. Os rumos da guerra civil, embora não decididos mesmo depois de quase quatro anos, apontam a necessidade de formar um pólo da classe trabalhadora, oposto tanto ao governo Assad quanto às forças reacionárias que querem derrubá-lo para sua própria vantagem. De forma semelhante, o mesmo dilema da necessidade de independência de classe também está centralmente colocado na atual situação política em Kobane.

O caráter das principais forças em disputa na Síria

O regime Assad é um regime capitalista de partido único de duas décadas, que governa uma nação pobre confinada à ordem mundial do imperialismo. De todas as violações aos direitos humanos que aconteceram desde o começo da guerra, a maioria veio das mãos do governo sírio. Ele tem como aliado internacional a Rússia, com quem tem acordos comerciais relevantes. Da parte da classe trabalhadora, porém, tal regime ditatorial não merece nenhum apoio político.

Já a Coalizão Nacional Síria

Continua na p. 26